

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em Educação - PPGED

Shirley Gomes Oliveira

**PERFIL DOS DISCENTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DO IFNMG, *CAMPUS* DIAMANTINA, NO PERÍODO DE 2016 A 2018.**

**Diamantina
2020**

Shirley Gomes Oliveira

**PERFIL DOS DISCENTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DO IFNMG, *CAMPUS* DIAMANTINA, NO PERÍODO DE 2016 A 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em Educação - PPGED da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais

Orientado por: Professora Dr^a. Maria Nailde Martins Ramalho

**Diamantina/MG
2020**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

048p

Oliveira, Shirley Gomes

Perfil dos discentes atendidos pela assistência estudantil do IFNMG, campus Diamantina, no período de 2016 a 2018/ Shirley Gomes Oliveira, 2021.

107 p.: il.

Orientadora: Maria Nailde Martins Ramalho

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2021.

1. PNAES. 2. Educação. 3. Assistência Estudantil. 4. IFNMG - Campus Diamantina. I. Ramalho, Maria Nailde Martins. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 371.71

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM

Bibliotecária: Viviane Pedrosa – CRB6/2641



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

SHIRLEY GOMES OLIVEIRA

PERFIL DOS DISCENTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO
IFNMG CAMPUS DIAMANTINA, NO PERÍODO DE 2016 A 2018

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação **em Educação** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de Mestrado** como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre(a) em Educação**.

Orientadora: Profª. **Maria Nailde Martins Ramalho**

Data de aprovação 10/12/2020

Prof. Flávio César Freitas Vieira - Membro interno-UFVJM

Prof. Leonardo Santos Neves - Membro interno-UFVJM

Profª. Ramony Maria da Silva Reis -Membro externo-IFNMG



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Santos Neves, Servidor**, em 10/12/2020, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ramony Maria da Silva Reis Oliveira, Usuário Externo**, em 12/12/2020, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio César Freitas Vieira, Servidor**, em 18/12/2020, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Nailde Martins Ramalho, Servidor**, em 08/03/2021, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0238409** e o código CRC **72977B5D**.

https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=260216&infra_siste... 1/2
08/03/2021 SEI/UFVJM - 0238409 - Pós-graduação: Folha de aprovação



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora das minhas aflições, e aos meus pais e minha irmã, pelo apoio e incentivo de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Deus/Divino Espírito Santo pelo privilégio de viver com saúde e pelas oportunidades de crescimento pessoal e profissional que sempre me guiou.

Agradeço a minha amiga e colega de trabalho, Clarice Lisandra, pelas conversas, conselhos e pelo incentivo, uma mulher guerreira.

A Dr^a Maria Nailde Martins Ramalho, pela orientação e condução deste trabalho, sempre de modo compreensivo, responsável e encorajador.

Agradeço aos professores Dr. Flávio Cesar S. Vieira, Dr. Leonardo Santos Neves e Dr^a Ramony Maria da S. R. Oliveira pelas contribuições, as quais foram fundamentais ao longo deste estudo.

Ao Diretor do *Campus* Diamantina, Júnio Jáber, pelo apoio e disponibilidade.

Aos colegas de Mestrado, pelo apoio e pelos momentos de convívio.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional: Vanderléia (minha mãe), Geraldo (meu pai) e Juciele (minha irmã), são minha base.

Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram com essa conquista.

Muito obrigada!

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi instituída em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007 com o objetivo de minimizar os entraves que impedem o acesso à educação. Essa política, com ênfase neste trabalho, tem sido aplicada no IFNMG *Campus* Diamantina desde 2016. Como procedimentos metodológicos recorremos às pesquisas bibliográfica e documental, de caráter exploratório, mediante a apresentação de dados dos sujeitos envolvidos, conforme quantificação e análise dos questionários socioeconômicos dos Editais do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes e integrados. Na coleta de dados utilizamos um roteiro de indicadores, para subsidiar a análise dos documentos com base nos objetivos e hipóteses da pesquisa, cuja análise foi norteadada pelo método dialético. Como embasamento teórico, contou com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dados do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), Lei nº 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e, também, com informações de autores que discorrem sobre a educação na perspectiva de inclusão, tais como SOUZA (2006), SANTOS (2017), SILVEIRA (2012), PIANA (2009), entre outros. Pretendeu-se, ao fim dessa pesquisa, realizar um levantamento dos alunos beneficiários da Assistência Estudantil do *Campus* Diamantina, a fim de conhecer o perfil dos discentes atendidos pelos auxílios financeiros no período de 2016 a 2018. Nesta perspectiva, o presente estudo propôs contextualizar o processo histórico da Assistência Estudantil no Brasil, descrever as etapas do processo da Assistência Estudantil e refletir a efetividade da execução da política do PNAES. A motivação que conduziu essa pesquisa foi: qual é o perfil dos discentes assistidos? Como hipótese, questionamos até que ponto o uso das informações decorrentes do estudo torna-se vital para os gestores educacionais, posto que o propósito é propor ações complementares, além das previstas. Pode-se, ao fim deste trabalho, concluir que no IFNMG *Campus* Diamantina, a maioria dos estudantes matriculados e frequentes possuem baixas condições financeiras e são atendidos pela Assistência Estudantil.

Palavras chave: PNAES; Educação; Assistência Estudantil IFNMG, *Campus* Diamantina.

ABSTRACT

The National Student Assistance Policy - PNAES, was instituted at the federal level by Normative Ordinance 39, of December 12, 2007, with the objective of trying to alleviate the obstacles that prevent access to education. This research seeks to analyze the profile of IFNMG students, *Campus Diamantina*, attended by Student Assistance, in the period from 2016 to 2018. As methodological procedures, we resort to bibliographical and documentary research, of an exploratory nature, by presenting data from the subjects involved, according to the quantification and analysis of the socioeconomic questionnaires of the Public Notices of the Student Assistance and Student Support Program, of the enrollment of these students of the concurrent / subsequent and integrated technical courses. In data collection, we used a roadmap of indicators to support the analysis of documents based on the objectives and hypotheses of the research, whose analysis was guided by the dialectic method. Students assisted by Student Assistance are selected through a selection process, with the aim of providing permanence for those in situations of social vulnerability. As a theoretical basis, the research relied on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE (2018), Federal Constitution of 1988, Law No. 9.394 / 1996, of National Education Guidelines and Bases, data from the National Forum of Pro-Rectors of Community and Student Affairs (FONAPRACE), Law nº 8.742 - Organic Law of Social Assistance - LOAS and, also with information from authors who talk about education in the perspective of inclusion, such as SOUZA (2006), SANTOS (2017), SILVEIRA (2012), PIANA (2009), among others. It was intended, at the end of this research, to know the profile of the students served by the Student Assistance of the *Diamantina Campus* to lead the discussion on the strengthening of the policy. In this perspective, the present study proposed to contextualize its historical process, describe the selection process and reflect the effectiveness in the permanence of the students. It is also assumed that complementary actions are discussed, in addition to those provided for in the politics.

Keywords: PNAES. Student Assistance. IFNMG, *Campus Diamantina*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Abrangência do IFNMG, por Microrregião.....	41
Figura 2 - Assinatura do Termo de Cooperação.....	45
Figura 3 - Aula inaugural.....	48
Figura 4 - Fluxograma do processo da Assistência Estudantil.....	58
Figura 5 - Gráfico I - Faixa etária.....	63
Figura 6 - Gráfico II - Sexo.....	64
Figura 7 - Gráfico III - Cor.....	66
Figura 8 - Gráfico IV - Beneficiário do Bolsa Família.....	67
Figura 9 - Gráfico V - Renda per capita.....	68
Figura 10 - Gráfico VI - Manutenção financeira.....	69
Figura 11 - Gráfico VII - Nível de escolaridade dos pais.....	70
Figura 12 - Gráfico VIII - Escola egressa.....	71
Figura 13 - Gráfico IX - Sistema de Ingresso.....	72
Figura 14 - Gráfico X - Desloca diariamente de outro município ou zona rural.....	74
Figura 15 - Gráfico XI - Mudou-se em função do ingresso no Campus.....	75
Figura 16 - Gráfico XII - Mudou em função do ingresso no Campus Diamantina e beneficiário do Bolsa Família.....	76
Figura 17 - Gráfico XIII- Alunos atendidos por curso.....	77
Figura 18 - Gráfico XIV - Relação de alunos assistidos X alunos assistido evadidos.....	78
Figura 19 - Gráfico XV - Auxílios concedidos 2016/2017.....	79
Figura 20 - Gráfico XVI - Auxílios concedidos 2018.....	80
Figura 21 - Gráfico XVII - Auxílio alimentação + transp. municipal e intermunicipal X Auxílio permanência II.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de questionários de matrículas por curso

62

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ACID - Associação Comercial e Industrial de Diamantina

AE - Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica

CF - Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

DAEC - Diretoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

EAD - Educação a Distância

EPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

IF's - Institutos Federais

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFET - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia

IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

ONGs - Organizações não governamental

PAE - Política de Assistência Estudantil

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RSL - Revisão Sistemática e Literária

TV - Televisão

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM DEFESA E MECANISMO DA IGUALDADE DE DIREITOS.....	22
2.1 Políticas Públicas: Instrumentos de Emancipação	23
2.2 Educação Direito de Todos: Uma Política de Luta Contínua	26
2.3 A Política de Assistência Estudantil, uma questão de reconhecimento da igualdade de oportunidades	29
3 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO AOS ESTUDANTES - IFNMG, CAMPUS DIAMANTINA	378
3.1 Apresentação do novo <i>Campus</i> do IFNMG, em Diamantina	38
3.2 IFNMG <i>Campus</i> Diamantina, o início das atividades de Ensino	43
3.3 Processo seletivo da concessão dos auxílios financeiros da Assistência Estudantil.....	48
3.4 Das Modalidades dos Auxílios da Assistência Estudantil	51
3.4.1 Modalidades de Auxílios: anos de 2016/2017	51
3.4.1.1 Auxílio Permanência	52
3.4.1.2 Auxílio Moradia	52
3.4.1.3 Auxílio Transporte Municipal.....	53
3.4.1.4 Auxílio Transporte Intermunicipal	53
3.4.1.5 Auxílio Alimentação	53
3.4.1.6 Auxílio Cópia e Impressão.....	53
3.4.1.7 Auxílio Uniforme e itens escolares	53
3.4.2 Modalidades de Auxílios: ano de 2018	54
3.4.2.1 Auxílio Permanência I.....	54
3.4.2.2 Auxílio Permanência II.....	55
3.4.2.3 Auxílio Permanência III	55
3.5 Etapas do processo para pleitear a Assistência Estudantil.....	55
4 PERFIL DOS DISCENTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG, CAMPUS DIAMANTINA, NO PERÍODO 2016 A 2018	589
4.1. Procedimento Metodológico.....	59
4.2 Apresentação e análise dos dados	612
4.2.1 Características pessoais dos atendidos	623
4.2.2 Condições socioeconômicas	66
4.2.3 Dados educacionais	69
4.3 Afinal, qual é o perfil dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil?.....	812
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	856
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO AOS ESTUDANTES	93
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DE MATRÍCULA.....	100
APÊNDICE C - PARECER DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	103

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação que é um direito de todos e dever do Estado e da família traz como promoção o incentivo e a formação de indivíduos capazes de exercer a cidadania com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a sua qualificação para o trabalho. Essa Constituição assegura ainda a todos os estudantes, indiferente da classe social, entre as idades de 04 a 17 anos, o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, de responsabilidade do Poder Público (federal, estadual e municipal) e, aos pais/responsáveis, cabe zelar e acompanhar a frequência escolar dos filhos durante todo o percurso escolar. Embora seja garantido que todos somos iguais perante a lei, sem nenhuma distinção de qualquer natureza, muitos indivíduos desconhecem seus direitos e isso se deve à falta de oportunidade, ou melhor, de acesso à educação que é um instrumento capaz de proporcionar a formação do sujeito, tornando-o apto a lutar por seus direitos.

Nesse contexto, as políticas educacionais, por meio de muitos movimentos sociais, ao longo de anos, foram ampliadas, de forma a propor ações que visem a oportunizar a inclusão de todas as classes sociais no acesso à educação. A partir do momento em que o cidadão tem uma formação escolar/acadêmica torna-se independente e crítico, alcança possibilidades para melhor vivência cotidiana e superação das mazelas sociais.

Apesar de todas as ações de políticas educacionais, o que se percebe é que o Brasil ainda é um país que apresenta número significativo de adolescentes que não têm acesso à educação pública. E, ainda, aqueles que acessam, evadem sem concluir o ensino básico, muitas vezes, em função de suas condições financeiras serem mínimas. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018) aproximadamente 11,8% dos adolescentes entre 15 a 17 anos de idade que estavam entre os 20% da população de baixa renda (com péssimas condições socioeconômicas) abandonaram a escola sem concluir o ensino básico, tais dados apontam que as famílias com uma renda baixa têm dificuldade para acessar/manter seus membros em uma instituição de ensino, ainda que esse seja gratuito.

De acordo com essa realidade, percebemos a importância das políticas educacionais voltadas para os grupos excluídos, cuja finalidade é proporcionar a equidade no acesso à educação com sucesso. Para isso, é preciso buscar ações com a finalidade de minimizar a evasão ocasionada pelas dificuldades socioeconômicas. Vale mencionar que, com

a expansão da oferta de vagas da educação pública federal, o governo também tem sido sensível ao pensar em uma política educacional para as classes excluídas, de forma a proporcionar êxito nos estudos, conforme promulgação do Decreto nº. 7. 234, de 19 de julho de 2020.

Convém mencionar a ampliação da oferta de vagas do ensino federal gratuito, por meio da expansão da rede federal de educação, para depois refletir a política de assistência estudantil contida nesse Decreto. O marco histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve início em 1909, momento em que o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Tais escolas foram mantidas pelo Governo Federal sob a gestão do Ministério da Agricultura e Indústria e Comércio, cuja finalidade pautava-se na formação dos indivíduos das classes proletárias, como operários e contramestres. Essas escolas foram criadas para formar mão de obra especializada para atender as demandas do desenvolvimento industrial do país, o que resultou no lucro das classes dominantes e, indiretamente, induziu as classes operárias a acreditar serem inferiores e submissas.

Muitas décadas depois, mais especificamente em 1978, o Governo Federal, por meio da junção das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, deu origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). Os Cefets possuíam autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com a oferta de cursos técnicos profissionalizantes (em nível de 2º grau) a cursos superiores (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*). Esses Centros tinham ainda autorização para propor pesquisas na área tecnológica, estimulando, assim, o desenvolvimento local e regional.

É importante destacar que, desde então, houve um avanço da oferta dessa modalidade educacional com a criação, em 2008, pelo Governo Federal, dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF's) através da Lei n.11.892/08, que criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede de EPT). A partir daí, os Institutos Federais atuam na oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, com a proposta de formar e qualificar cidadãos aptos a atuar nos diversos setores da economia. Com sua implantação, ampliou-se o número de cursos, bem como de vagas nas escolas existentes, a construção de novas unidades em todas as regiões do Brasil, tendo como princípios a interiorização da educação profissional, a inserção das áreas de pesquisa, extensão e o estímulo à pesquisa regional que tem como foco principal a resolução de problemas da comunidade.

Com a expansão da rede de educação pública, a partir da união de Escolas Técnicas Federais, CEFET, Escolas Agrotécnicas e Escolas vinculadas a Universidades, criou-se os Institutos, incluindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG. Desse modo, foi ampliada a oferta de ensino, por meio da proposta de interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior, nas modalidades dos cursos técnicos de nível médio presencial; cursos superiores presenciais e a distância; cursos técnicos à distância e curso de pós-graduação *stricto sensu*.

O Instituto do Norte de Minas, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional, faz-se presente em 173 municípios distribuídos em quatro mesorregiões (Norte e Noroeste de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri), de caráter pluricurricular (uma ou mais áreas do conhecimento) e multicampi. Atualmente, é constituído por onze *campi*: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas, Teófilo Otoni, *Campus* avançado Porteirinha e Janaúba, um Centro de Referência em Formação e Educação a Distância e a Reitoria, sediada em Montes Claros¹.

Nesse contexto, salientamos que a política de acesso à educação não é objeto desse estudo, porém é importante registrar sua relevância em oportunizar àquelas pessoas de baixa renda o ingresso em uma instituição de ensino público, considerada um instrumento compensatório que visa à equidade de direitos. Nesse sentido, entendemos que junto a essa política é essencial à implementação de outras que venham ao encontro das massas desfavorecidas, com vistas a gerar novas oportunidades, no que se refere ao desenvolvimento intelectual.

Vale destacar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES foi instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 e que sua ação de destaque é o provimento de recursos financeiros aos estudantes com baixa condição socioeconômica, para contribuir no custeio das despesas como alimentação, transporte, moradia e outros. Assim, visa a democratizar as condições de permanência, diminuir as taxas de retenção e abandono, reduzir os efeitos das desigualdades sociais e promover a inclusão social. Espera-se, que a assistência estudantil vai muito além dos recursos financeiros, somente estes não garantem o êxito acadêmico, muito menos o Programa como um todo, uma vez que, na prática, há fatores que dificultam alcançar seus objetivos, vão desde a falta de servidores à escassez de recursos financeiros das instituições de ensino federal.

¹ Informações retiradas do site www.ifnmg.edu.br. Acesso em 07 de novembro de 2018.

A Política da Assistência Estudantil faz-se presente em todos os *campi* do IFNMG, cada *Campus* tem suas particularidades e autonomia na execução dessa política. Dentre muitas se destacam as ações do PNAES que são realizadas por uma equipe multidisciplinar composta por: assistentes sociais, técnicos em assuntos educacionais, pedagogos, psicólogos, professores, e técnicos administrativos. Portanto, a Assistência Estudantil, no âmbito do PNAES, não visa somente, ainda que importante, ao auxílio financeiro aos discentes, mas também a ações que lhes possibilitem uma formação sólida e que promovam a formação de cidadãos e profissionais reflexivos e propositivos na sociedade em que estão inseridos.

É nesse cenário com expressivas manifestações de desigualdades socioeconômicas, dada à importância da Assistência Estudantil no ambiente escolar, que essa dissertação elege como objetivo geral conhecer o perfil dos discentes atendidos pelos auxílios financeiros do *Campus* Diamantina, no período de 2016 a 2018, por meio dos indicadores socioeconômicos que caracterizam a condição de vulnerabilidade social. A pergunta que estimulou a presente pesquisa pode assim ser descrita, qual é o perfil dos discentes assistidos? Como hipótese, acreditamos que o uso das informações decorrentes desse estudo torna-se vital para os gestores educacionais, posto que o propósito é estimular reflexões sobre essa política no sentido de que seja executada de acordo com as características de seus sujeitos.

Nesse contexto, visamos conhecer o perfil dos alunos atendidos pelos auxílios financeiros da Assistência Estudantil, para isso recorreremos aos seguintes objetivos específicos: contextualizar o processo histórico da Assistência Estudantil no Brasil, descrever as etapas do processo da Assistência Estudantil e refletir a efetividade da execução da política do PNAES na permanência dos discentes.

Convém evidenciar que a escolha do tema pesquisado tem uma relação direta com a prática profissional da pesquisadora, que atua, desde 2011, como Assistente Social na rede do Instituto Federal, especificamente, no *Campus* Diamantina, bem como na contribuição da consumação dos programas e processos que fazem parte da Política de Assistência Estudantil do IFNMG. E, ainda, esse estudo tem como intenção ampliar as abordagens sobre a aplicabilidade dessa política, direcionada ao Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes do *Campus* Diamantina, por meio da concessão dos auxílios financeiros aos alunos em situação de vulnerabilidade social.

No âmbito do IFNMG, encontram-se estudos que envolvem o PNAE, a exemplo disso podemos mencionar a dissertação de Santos (2017) *Política de Assistência Estudantil: um estudo sobre o Programa Bolsa Permanência e os primeiros beneficiários indígenas e*

quilombolas no IFNMG – Campus Januária. Enquanto aquele retrata a mesma política, porém com seu viés para os alunos indígenas/quilombolas beneficiados pelo Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação - MEC, baseado na Portaria nº 389 de 2013 do MEC, esta pesquisa busca conhecer os perfis dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil, de acordo com os parâmetros do Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2020.

Diante da amplitude da Política da Assistência Estudantil, com diversos programas e projetos, o objetivo é comum, contribuir com a permanência e êxito do aluno na Instituição de Ensino. Considerando também, que quase não há pesquisas que trazem à tona essa discussão, principalmente na área de abrangência do IFNMG, com realidades/características diferentes, o que não invalida essa pesquisa, pelo contrário, contribuirá no fortalecimento da política.

A análise documental será de acordo com as práxis legais, permeada pela pesquisa dos dados dos questionários socioeconômicos: das matrículas dos alunos nos anos de 2015 a 2018 e dos alunos atendidos pelo Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes do período de 2016 a 2018, arquivados sob a guarda do IFNMG, *Campus Diamantina*. A sistematização dos dados obtidos e os resultados das informações serão tratados a partir da análise quantitativa, apresentados por meio de gráficos, tabelas e quadros comentados individualmente, fazendo uma referência ao tratamento qualitativo. Os documentos constam no apêndice.

Consequentemente, considera-se relevante a ampliação das discussões e estudos a respeito do perfil socioeconômico dos estudantes assistidos pela Assistência Estudantil - AE na busca do fortalecimento da política, realmente comprometida com os reais interesses e necessidades dos alunos. Enquanto direito social, priorização e valorização dos princípios eficazes, pretende-se, ao concluir, conhecer o perfil desses alunos para repensar/ampliar as práticas construtivas na busca da efetividade dessa política refletir positivamente na vida acadêmica dos discentes.

E, assim sendo, com base no exposto, para compreender a finalidade apresentada por essa pesquisa, a organização do estudo desenvolveu três capítulos. O primeiro, intitulado *As Políticas Públicas de Educação em Defesa e Mecanismo da Igualdade de Direitos* tem como objetivo incentivar a reflexão sobre as políticas educacionais, evidenciando os percalços ao longo de sua trajetória histórica na busca pela equidade do direito à Educação. Esse capítulo contém um debate sobre as políticas públicas sociais como instrumento emancipatório do indivíduo, tal discussão permeia no âmbito da educação, apontando a relação entre o Estado e o cidadão na construção, por meio dos embasamentos legais do

direito à Educação.

Os movimentos sociais, apresentados nesse estudo, mostram a importância na conquista dos direitos sociais e trazem à reflexão um instrumento utilizado pela população como forma de organizar, expressar, lutar e reivindicar seus direitos, na tentativa de transformar e propor mudanças na sociedade. Nesse contexto, na busca da igualdade do direito à Educação, sem exclusão, a Política de Assistência Estudantil está inserida no rol das ações afirmativas, com intuito de corroborar com acesso, permanência e êxito na educação daqueles que, ao longo da história do Brasil, foram excluídos.

O segundo capítulo, *Programa de Assistência Estudantil e Apoio Aos Estudantes - IFNMG, Campus Diamantina*, transcorre com um breve relato da implantação desse IFNMG, apontando os motivos que impulsionaram a escolha pela cidade dos diamantes como sede da nova unidade do Instituto Federal. Aponta ainda os trâmites legais, conciliados com a participação da sociedade, por meio da ação participativa na elaboração das estratégias a partir dos anseios apresentados pela população na efetivação da oferta do ensino público.

Esse capítulo também retrata como se iniciou a implantação da Política Nacional da Assistência Estudantil (PNAES) no *Campus Diamantina*. Além disso, detalha a metodologia do processo seletivo para a concessão dos auxílios financeiros da Assistência Estudantil, especificando os embasamentos legais que permeiam a execução do processo, o público-alvo e os critérios de avaliação dos beneficiários do programa. Evidenciando, portanto, como a proposta dessa política pode contribuir no acesso, permanência e êxito dos alunos, caso seja aplicada e acompanhada como propõem os princípios legais.

O terceiro e último capítulo, que tem por título *Perfil dos discentes atendidos pela Assistência Estudantil do IFNMG, Campus Diamantina, no período de 2016 a 2018* elaborado a partir da análise das principais referências que circundam as peculiaridades sócio educacionais dos estudantes beneficiados, trata da correlação do reflexo da importância do auxílio na vida acadêmica do aluno.

O estudo do perfil desses alunos deve servir como embasamento para a tomada de decisão na proposição da avaliação da efetividade da política estudantil adotada pelo IFNMG, a partir do momento em que se conhece o público direto da ação. Com os resultados obtidos, tem-se a intenção de mostrar e se obter uma relação da finalidade da política, enquanto medida reparatória, de incentivo à permanência e êxito daqueles estudantes que vivem em vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, analisamos o perfil desses alunos atendidos pelo Programa, com as contribuições da revisão literária, de forma a fomentar o entendimento dos valores, éticas e costumes utilizados para busca e conquista de espaço, aflorando o sentimento

de pertencimento ao ambiente ao qual está inserido, contribuindo na superação do preconceito.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM DEFESA E MECANISMO DA IGUALDADE DE DIREITOS

O presente capítulo tem por finalidade a construção de um arcabouço teórico com o intuito de fomentar reflexões acerca de temas correlatos à política de Assistência Estudantil, no âmbito do contexto da educação brasileira, focalizando, sobretudo, o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Aqui serão apresentadas reflexões quanto ao acesso à educação no Brasil, bem como medidas que corroboram para além do acesso à permanência e êxito aos indivíduos pertencentes a classes socioeconômicas desfavorecidas.

Para tanto, propomos um debate acerca das definições de políticas públicas e políticas sociais, a partir das lutas dos movimentos sociais pela efetivação daquelas em prol de todos os cidadãos. De maneira mais específica, retrata-se o direito educacional como uma ferramenta propulsora e emancipatória, capaz de contribuir com a superação das mazelas das questões sociais. A ênfase, nesse caso, é em torno das iniciativas e meios que garantam o acesso à Educação, sem nenhum tipo de discriminação, demonstrando, portanto, a importância de avaliar as ações de execução das políticas públicas para sua eficácia.

As discussões teóricas foram norteadas pela trajetória e efetivação ao acesso da igualdade de direitos a todos os cidadãos, ao demonstrar a importância da renovação dos autores em dar continuidade às articulações, no intuito de garantir e ampliar os direitos sociais por meio de uma política inclusiva, no caso, relacionada à educação. Nessa perspectiva, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES foi instituído com a finalidade de garantir a permanência, o desempenho escolar/acadêmico, para minimizar a evasão de discentes em situação de vulnerabilidade, segundo Carlota Boto (2005):

O direito à educação será consagrado quando a escola adquirir padrões curriculares e orientações políticas que assegurem algum patamar de inversão de prioridades, mediante atendimento e contemple – a guisa da justiça distributiva – grupos sociais reconhecidamente com maior dificuldade de participar desse direito subjetivo universal – que é a escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Aqui entram as políticas que favorecem, por exemplo, a reserva de vagas por cotas destinadas, nas universidades, às minorias étnicas. (CARLOTA BOTO, 2005, p. 779).

Para Priscila de Pinho Valente (2014, p. 6), em diálogo com as reflexões de Veiga Neto, são através das políticas públicas educacionais, institucionalizadas na escola e na universidade, que o Estado vem intervindo na Educação. A implementação dessas medidas pelo Estado, nesse sentido, são de caráter reparatório e vislumbram a redução das

desigualdades socioeconômicas, bem como as educacionais de um grupo. Tais medidas se consolidam como políticas públicas emancipatórias e representam uma fase inerente de incorporação de direitos conquistados através dos embates entre as diferentes classes sociais e o Estado, gerando, conseqüentemente, uma relação de poder e conflito traduzidos nas lutas travadas por conquistas de políticas específicas.

2.1 Políticas Públicas: Instrumentos de Emancipação

O PNAES constitui política pública de impacto significativo para a população mais desprovida de recursos materiais, no que se refere ao acesso aos cursos ofertados nas diferentes instituições educacionais brasileiras. Isso acaba consolidando uma tendência dos últimos governos de promoção da inclusão daqueles estratos sociais mais vulneráveis às mazelas da economia de país emergente, conforme asseguram (SILVAS; LIMA, 2012, p. 140).

Desse modo, cabe assinalar que o ingresso nas instituições educacionais não é mais o problema central no cenário educacional do Brasil. Em nossa percepção, o que se apresenta como problemática central, atualmente, é a permanência do estudante nessas instituições, com demandas que envolvem o desenvolvimento de uma política efetiva para o atendimento às necessidades básicas como moradia, alimentação, transporte e atenção à saúde (OLIVEIRA, 2012, p. 187). Face ao processo de efetivação das políticas públicas enquanto meios para emancipação dos sujeitos, é importante abordar algumas definições:

Segundo Hofling (2001, p. 31), as políticas públicas compreendem o Estado em ação (Gobert, Muller, 1987, apud Hofling, 2001), ou seja, abrangem o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Em contrapartida, Souza (2006, p. 6) vislumbra outro panorama acerca das políticas públicas e defende que:

[...] políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que exista m diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUZA, 2006, p.6).

Já os pontos de vista de Gelinski & Seibel (2008, p. 228) mostram que:

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária a). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.

Diante das definições apresentadas, podemos abstrair dois dados importantes: a) em todos os trabalhos analisados, a ideia de política pública está diretamente ligada à ação do poder público. O governo é o executor da política, mas em observância aos anseios da sociedade. b) Nota-se que nos conceitos, direta ou indiretamente, fica implícita a necessidade da análise de efetividade das políticas públicas. Entende-se que as mesmas não são um fim em si, pois permitem alterações, reformulações ou até mesmo revogação, desde que seja apresentado um diagnóstico com dados consolidados e com indicadores de sua ineficiência.

Assim, entendemos as políticas públicas como um instrumento a ser utilizado a favor da igualdade de direitos de todos os cidadãos. O Estado é detentor da responsabilidade ao organizar e gerir as políticas públicas com o compromisso da promoção do bem-estar da coletividade. Nesse contexto, Souza (2003, p. 12) compreende a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

No contexto das políticas públicas, considerando a implementação dessas no cenário educacional, delimitamos as políticas sociais. Essas últimas referem-se às ações que determinam o modelo de proteção social implementado pelo Estado, encaminhadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, objetivando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, de modo que têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, direcionados aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001, p. 31).

Considerando as políticas públicas sociais no âmbito brasileiro, ocorridas a partir do século XX, a avaliação dessas medidas passaram a ter destaque como metodologia imprescindível ao desenvolvimento político brasileiro, uma ação que se faz necessária em função da sistematização e controle dos resultados dessas políticas nas mais diversas áreas, com foco na economia e nas relações sociais. Ainda, dialogando com Hofling, apontamos a importância de avaliar e monitorar a execução das políticas públicas, um processo contínuo,

que permite detectar se há problemas/falhas no desenvolvimento, em caso positivo, devem-se promover estratégias que revertam tal situação.

De modo geral, as políticas sociais estão intrinsecamente relacionadas às lutas sociais associadas à ascensão do capitalismo. Nesse sentido, afirma Faleiros, (1991, p. 8) as políticas sociais são tidas em determinados momentos como mecanismos de manutenção da força de trabalho e reflexos da conquista dos trabalhadores; e em outras situações como arranjos do bloco no poder ou bloco governante e doação das elites dominantes, resguardando a garantia do aumento da riqueza e direitos do cidadão.

Nesse ponto de vista, cabe salientar que o entendimento de políticas sociais é diverso, dependendo do lugar em que se posiciona. Considerando a menção de Faleiros (2004), cada um tem uma percepção relacionada ao meio em que está inserido. No entanto, é indiscutível que os movimentos sociais foram mecanismos de fortalecimentos, organização e emancipação da classe operária. A história das transformações globais do mundo do trabalho e a correlação de forças no âmbito do Estado grava a evolução e conquista dos direitos sociais.

As políticas sociais se estabelecem como instrumentos estratégicos das classes subalternas na garantia de melhores condições sociais de vida aos trabalhadores para sua emancipação humana e a luta organizada para a conquista da autonomia política. Assim, a busca pela ampliação de direitos e políticas sociais se torna fundamental, pois envolve milhões de brasileiros espoliados em qualidade de vida, dignidade humana e condições de trabalho, conforme assegura (PIANA, 2009, p. 50). Corroborando com essa visão, as políticas sociais são grandes conquistas em favor da garantia do acesso à igualdade dos direitos sociais daqueles em situação de vulnerabilidade, impulsionando o desenvolvimento econômico e a superação das desigualdades sociais.

Não obstante a essas informações, a década de 80 marcou o cenário brasileiro ao considerarmos as políticas sociais. Nesse período, houve reformulações importantes que contribuíram significativamente com uma série de avanços na legislação e na ampliação desses direitos. Faz-se importante destacar a Constituição Federal (doravante CF), promulgada em 1988, chamada Constituição Cidadã, por abranger parâmetros de equidade e direitos sociais universais. Consolidando assim, conquista pela ampliação dos direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de

representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores (artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais) (PIANA, 2009, p. 39).

Nesse sentido, podemos afirmar que a Constituição Federal de 1988 deu grande atenção às políticas sociais, mas a luta pela garantia de direitos é contínua e a sociedade passa constantemente por transformações. Ao cidadão cabe o discernimento para identificar essas mudanças, ter posicionamento crítico frente ao atual cenário brasileiro, na garantia dos direitos adquiridos. Corroborando este pensamento, Piana (2009, p. 39) advoga, pode-se afirmar que nunca houve tantos desrespeitos à sociedade brasileira, como hoje, por meio de violações, fraudes e corrupções explícitas do Estado, da classe hegemônica, dos representantes do poder e do povo.

Associado às políticas públicas sociais, nessa esfera, se encontra vigente o direito à educação pública e de qualidade a todo cidadão brasileiro, independentemente de classe social. Embora o quadro nacional e o mundial demonstrem a necessidade de ampliar o atendimento das políticas básicas à classe mais vulnerável e excluída. Hofling (2001, p. 31), colabora com o entendimento que a educação não é uma política de obrigação exclusiva do Estado, entende a educação como uma política de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por seus organismos. O Estado é possuidor de formas de interferência, mediando à manutenção das relações sociais de determinada formação social.

Dessa forma, pressupõe que, em um Estado democrático, a participação na gestão educacional da instância do poder público e comunidade pode viabilizar aos gestores um melhor conhecimento das demandas sociais. Pode ainda indicar potencialidades das ações e programas implementados, no intuito de construir uma educação de qualidade.

2.2 Educação Direito de Todos: Uma Política de Luta Contínua

A relevância da educação é incontestável, é um processo contínuo que necessita da união do Estado e da família para que, em conjunto, possam fortalecer/propor metodologias/instrumentos que contribuam com a igualdade de acesso a todos. A efetividade desse direito preconiza pelo fortalecimento da dignidade humana com a formação de cidadãos, capazes de se posicionarem e superarem as mazelas ocasionadas pela sociedade. Para esclarecer Sarlet (2001, p. 60) afirma:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte

do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, [...]. (SARLET, 2001, p. 60).

Ao concordar com Sarlet (2001), inferimos que todos os cidadãos são capazes e merecem ser tratados com dignidade, perante a Lei não há exclusão, fazem jus aos direitos sociais, inclusive à educação. O acesso a essa lei é uma via para compreensão dos direitos e deveres, ocasionando o direcionamento de uma vida digna na comunidade.

Conforme podemos constatar, historicamente, a educação brasileira e as políticas educacionais estiveram visceralmente relacionadas ao contexto social, político e econômico de cada época, e assim compreende-se que permanecerá nessa mesma perspectiva, procurando conciliar o sistema de ensino à estrutura social em vigência. Pensando em política educacional, esse direito não fica limitado somente ao acesso, há a extensão de políticas complementares que primam pela permanência e êxito do aluno. A consolidação do direito à educação cria oportunidade de melhoria das condições de vida do cidadão.

Assim, a ascensão das políticas sociais, de modo geral, tem esse viés de minimizar os efeitos oriundos das desigualdades sociais frutos dos anseios do capitalismo. Por meio delas, novos caminhos são traçados, no intuito de superar os descasos com as classes menos favorecidas, por meio de ações de inclusão social e de intervenções que corroboram com a independência e robustecimento dessas classes em relação com o capital-trabalho.

A CF brasileira elenca a educação no rol dos direitos sociais, juntamente com a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição Brasil (2016, p. 18). Árduas lutas se fizeram necessárias para a conquista em Lei, ao direito à educação. Ao longo da história, o Estado, regido e dominado pela classe burguesa, agia em favor de seus interesses e ideais, o acesso à educação era direito somente da classe dominante. Rosa; Sant'Anna; Stramare (2019, p. 18), apontam que:

Na década de 80 ressurgiu o debate beneficiando o direito à educação. Esse movimento, ocorrido no fim da ditadura militar, principalmente caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra esse regime, desencadeou, na segunda metade da década, a luta que buscava acesso e, posteriormente, a ampliação da escola pública com qualidade para atendimento em todas as instâncias educacionais formais. De acordo com os debates, houve circundantes modificações nas leis brasileiras, a se observar pela Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços

significativos em termos jurídicos, introduzindo o ponto de vista de direito público e social. (ROSA; SANT'ANNA; STRAMARE, 2019, p. 18)

Na atualidade, por vezes, são feitas críticas sobre a qualidade da educação pública ofertada, desvalorizando-a. Embora as críticas sejam essenciais, deve-se reconhecer, historicamente, que os movimentos foram intensos para chegar a esse nível de educação pública que hoje o país oferta. Evidentemente, há muitas questões a ser repensadas, discutidas e reformuladas com a participação de todas as instâncias do Estado e sociedade para alcançar a eficácia da educação pública de qualidade, por isso a luta é contínua.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IX – garantia de padrão de qualidade; [...] Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem (BRASIL, 1996).

A educação pública de qualidade requer atenção na expansão do ensino-aprendizagem, em consonância com os parâmetros legais. Tanto quanto o reconhecimento e valorização do docente que zela por sua profissão, atuando com compromisso em formar indivíduos aptos a enfrentarem as mazelas da sociedade. Esse contexto sócio histórico exige reflexão sob a ótica educacional, de maneira que se pressupõe que a escola tem um caráter formador de força de trabalho e prepara o cidadão para a vida em sociedade.

Devemos acrescentar que a classe trabalhadora, ao longo de sua trajetória histórica de lutas pela educação, em diversos momentos, foi um ponto de pauta. Mesmo não sendo unânime, a ascensão da classe menos favorecida ao mercado do trabalho necessitava do acesso à educação, instrumento este que condicionava ampliar os conhecimentos, proporcionando maior integração dentro do sistema político-econômico da sociedade (ABEPSS; CFESS, p. 786, 2011).

Segundo Souza (2007, p. 69), não há restrições ao acesso na educação, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes. Assim, diante do propósito dessa pesquisa, torna-se plausível buscar compreender a efetivação histórica das políticas públicas, em destaque, a garantia do acesso à educação para todos.

É importante reconhecer que a Constituição foi o reflexo da intensa mobilização popular, traduzindo a heterogeneidade social do país, na busca pela construção dos direitos

institucionalizados e os meios jurídicos para sua efetivação, marco do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido Santos pondera:

Em seu desafio maior, a educação deve ser capaz de garantir o acesso gratuito e de qualidade, priorizando o ensino eficiente, laico e sem discriminação por idade, raça, condição social ou qualquer fator que seja instrumentalizado como ação para o preconceito. A escola, ao reconhecer seu papel como educadora, oportuniza aos educandos o acesso igualitário ao desenvolvimento da cidadania consciente, tornando-se um importante instrumento na garantia da efetividade desse importante direito. Os aportes legais que regulamentam o direito à educação se baseiam na premissa da igualdade, onde o acesso à educação permite que pessoas em diferentes situações tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento intelectual, social e profissional. (SANTOS, 2017, p. 24).

Entretanto, é necessário esclarecer que as políticas sociais em educação, sancionadas até o presente momento não são o fim, pois diariamente são apresentados novos dados que requerem uma avaliação nas etapas de planejamento das políticas e instituições governamentais. A sociedade passa por constantes transformações, não é estática, as variáveis são imprevisíveis, geram informações que podem possibilitar novas análises e possíveis reorientações de ações para o acesso à educação. Segundo Xavier; Ribeiro; Noronha (1994, p. 278):

Diante do quadro de profundas crises (política, econômica e social), o Estado procura instrumentos de aproximação e de incorporação das massas populares mostrando a “intenção” de diminuir as desigualdades e de assistir os despossuídos. A Educação passa a representar uma das estratégias destinadas a realizar a “justiça social”. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 278)

As políticas públicas, principalmente as da educação, podem ser um instrumento norteador na promoção da minimização desse distanciamento social entre a população, uma vez que a educação equaliza os cidadãos num mesmo patamar, desde que lhes sejam disponibilizadas as mesmas condições de acesso e permanência ao ensino.

2.3 A Política de Assistência Estudantil, uma questão de reconhecimento da igualdade de oportunidades

Resgatando a trajetória da Assistência Estudantil no Brasil, as primeiras ações de práticas de auxílio estudantil em nível nacional iniciaram-se no século XX com a criação da Casa do Estudante, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Pinto; Caroline; Casagrande (2015, p. 02) podemos mencionar a criação, em 1929, da Casa do Estudante do Brasil, na cidade do

Rio de Janeiro. Essa foi a primeira ação em solo brasileiro destinada à assistência de estudantes.

A Casa do Estudante do Brasil foi uma manifestação importante na tangente da Assistência Estudantil aos discentes carentes, institucionalizada no Governo do Presidente Getúlio Vargas, representou avanço significativo e uma sinalização positiva por parte do governo no apoio às políticas estudantis. Segundo Araújo (2007, p. 23), a Casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes. Vale ressaltar o Decreto nº 19.851, 11 de abril de 1931, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras, primeiro ato regulador do Estado que reconheceu a Assistência Estudantil, conforme consta em seu art. 108:

Art. 108. Para efetivar medidas de previdência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, a fim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade (BRASIL, 1931).

Esse Decreto nº 19.851 foi outra ação do Governo Vargas, por meio do Ministério da Educação, que regulamentou as atividades de Assistência Estudantil das instituições superiores com a disponibilização de bolsas de estudos aos alunos. Não obstante a esse decreto, em termos de lei, no âmbito legal, a Constituição Federal de 1934 do Brasil, regulamentou pela primeira vez a concessão de auxílios a alunos em condição de vulnerabilidade, conforme consta no art. 157, no § 2º do mesmo artigo, § 2º parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas Brasil (1934).

Em 1934, houve o registro, pela primeira vez, do reconhecimento da Política da Assistência Estudantil na Lei maior do Brasil, a Constituição Federal. A promulgação desse ato assegura a oportunidade de acesso e permanência aos discentes que possuíam condições socioeconômicas precárias à educação pública, e, ao mesmo tempo, estimulou os movimentos sociais a prosseguir na luta pela ampliação dos direitos coletivos. Por outro lado, as décadas de 40 a 80, mesmo com regulamentações em decretos e Constituições Federais, sobre as ações voltadas para os estudantes carentes foram pouco efetivas.

Vale destacar que, de acordo com Silveira (2012), até a década de 1980, foram realizadas poucas ações que atendessem aos estudantes mais carentes e os benefícios concedidos estavam ligados, em sua maioria, aos níveis básico e médio de ensino.

Porém, em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) com o objetivo de fortalecer as políticas de assistência estudantil das universidades federais (PINTO; MACHADO; DAVID, 2015, p. 04).

Nesse processo de consolidação da Assistência Estudantil, em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), por articulação de pró-reitores, sub-reitores, decanos e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES, no Brasil. Tal fórum foi considerado um instrumento político, com o objetivo de discutir, elaborar e apresentar ao Ministério da Educação - MEC políticas e diretrizes de incentivo e promoção de melhores condições ao aluno, visando a contribuir para a estruturação de uma Política de Assistência Estudantil em nível federal.

O FONAPRACE foi e continua sendo de suma importância na construção, debates e fortalecimento da Política de Assistência Estudantil do Ensino Superior, influenciando positivamente a luta educacional e contribuindo para a implantação do PNAES. Segundo Cardoso (2011, p. 04):

Infelizmente não há registros nos documentos pesquisados deste primeiro levantamento, mas identifica-se com importância no FONAPRACE à preocupação e a necessidade da criação de banco de dados e informações que pudesse instrumentalizar ou embasar tecnicamente as ações do Fórum. (CARDOSO, 2011, p. 04).

A criação de banco de dados e informações são ferramentas importantes e podem corroborar por meio de análises a determinado tipo de estudo. A partir daqueles, pode ocorrer o embasamento de instrumentos técnico-metodológicos como meio de intervenção. Sendo assim, é necessário registrar que a Assistência Estudantil está diretamente relacionada à trajetória da política de Assistência Social brasileira.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 consagrou a política de Assistência Social e ficou marcada por reflexões e mudanças, garantia dos direitos sociais com a superação das práticas

clientelista e assistencialistas. Essas políticas são indissociáveis, uma e outra são resultados dos movimentos populares pelo fim da ditadura e a promulgação dos direitos sociais pela CF.

Em 1993, foi aprovada a Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, um processo lento, mas muito significativo, com finalidade semelhante à política de Assistência Estudantil. A LOAS tem por finalidade contribuir com o enfrentamento da pobreza e melhoria da condição socioeconômica do cidadão, em consonância com o art. 203 da CF. O exposto está de acordo com o PNAE Brasil (2010) e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por meio da conclusão de um curso, oportunizando ao indivíduo um leque amplo no mercado de trabalho.

A Assistência Estudantil é executada nesse viés de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e proporcionar a igualdade de direitos, por meio da garantia da permanência do discente na instituição de ensino até a conclusão com êxito do curso. Consequentemente, podemos considerar a educação um instrumento valioso na superação da pobreza. A evolução e fortalecimento dessa Assistência estão previstos na CF de 1988 em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Nesse contexto, cabe pontuar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, no que se refere à educação superior, não faz referência à Assistência Estudantil. Pelo contrário, no Artigo nº 71, não reconhece a assistência voltada para o nível de ensino, quando declara que não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com programas suplementares de alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social Brasil (1996). Na década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas na área da educação pública ficaram estagnadas, conforme Poggere (2015):

Em 1997 é sancionada a lei que admite instituições de ensino com fins lucrativos e também ocorre a distinção entre universidades e centros universitários, que não precisam ter necessariamente o tripé ensino, pesquisa e extensão. Além de que, a cultura gerencial apresenta alguns traços marcantes no ensino superior, principalmente nas universidades federais no que diz respeito à racionalização dos recursos, deixando o Estado de ser central na provisão das políticas sociais, passando a responsabilidade para o mercado, objetivando enxugar os gastos da máquina estatal. (POGGERE, 2015, p. 04).

As análises do governo do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, mostram que ele propulsionou a abertura política de educação superior ao setor privado, dentro da lógica neoliberal, marca de seu governo. Apenas em 2001, ainda no seu governo,

incluiu a Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), conforme o artigo 34, estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico Brasil (2001).

Ressaltamos então que a Assistência Estudantil faz parte das políticas de ações afirmativas e visa a contribuir com aqueles alunos mais vulneráveis e que possuem chances maiores de desistência da graduação. Por meio dessa assistência, espera-se que esses discentes possam dar continuidade aos seus estudos de forma eficaz, conforme menciona Santos; Nascimento; Lima; Vasconcelos, (2012, p. 02). Nesse sentido, conceitua Santos (2001, p. 336):

Ação Afirmativa é uma iniciativa pública cujo objetivo principal é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de quaisquer tipos. São exemplos de abusos: exploração, discriminação, violência, preterição, tratamento degradante e impedimento sistemático ao desenvolvimento do indivíduo. Portanto, a Ação Afirmativa cuida de reparar prejuízo acumulado ao longo do tempo. Isso se dá mediante o estabelecimento de uma efetiva igualdade de oportunidades. (SANTOS, 2001, p. 336).

Acrescentado um adendo, no que se refere às políticas de ações afirmativas, essas tiveram um olhar diferenciado nos dois mandatos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao tratar a questão da diversidade nas políticas educacionais. De acordo com Santos (2017):

O conjunto de modificações implantadas, principalmente durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proporcionou uma gama de efeitos na dinâmica da Educação Superior do país que suscitaram a necessidade de ações nos campos das políticas de inclusão e de assistência ao estudante. Dito de outro modo, desde o momento em que se iniciou o projeto de reestruturação da educação superior no país - passando pela criação de novas instituições federais de ensino superior (IFES), o aumento de vagas nas universidades já existentes e ainda o aumento considerável de medidas voltadas para facilitar o acesso e a inclusão nos cursos de graduação - a necessidade de implantação de políticas de assistência estudantil se mostrou inevitável e necessária. (SANTOS, 2017, p. 35).

Notável que em relação às políticas públicas da educação superior, houve algumas mudanças relevantes e positivas no governo de Lula. A democratização do ensino superior oportunizou aos estudantes que possuíam uma situação social e econômica frágil o acesso às universidades públicas. O FONAPRACE teve como meta principal atualização do Plano Nacional de Assistência Estudantil, o resultado dessa ação ocasionou a aprovação do Decreto

nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI):

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007).

Em dezembro de 2007, foi publicada a Portaria Normativa nº 39 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, porém destinado somente aos estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior. Todavia, o ápice dessa política ocorreu em 2010, com a promulgação do Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa tornou-se um marco histórico para a Assistência, o acesso ao Programa foi ampliado, não restringi do somente ao ensino superior,

Art. 4º - As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010).

Diferentemente das Universidades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, diferentes das universidades, além dos cursos de graduação, nos Institutos são ofertados cursos integrados e concomitantes/subsequentes. Ou seja, os estudantes desses cursos também fazem jus ao PNAES, desde que atendam aos critérios e metodologia de processo de seleção dos alunos definidos pela instituição de ensino.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2010).

O PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal, diminuir os efeitos das desigualdades sociais e locais/regionais e êxito com a conclusão da educação superior. O público alvo desse Programa consta explícito no Decreto nº 7.234.

Art. 5º - Serão atendidos no âmbito do PNAES, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

Dessa forma, é transparente que a renda é critério determinante ao acesso à Assistência Estudantil que somado a outros indicadores sociais, definidos por cada instituição, compõem o leque de critérios na avaliação da situação de vulnerabilidade do aluno. Compreende-se assim, que essa política não é um direito universal. Na análise de Vasconcelos (2010, p. 405).

Essa conquista foi fruto de esforços coletivo s de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público. (VASCONCELOS, 2010, p. 405).

As instituições federais de ensino têm autonomia para definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados pela Assistência Estudantil, que devem estar em consonância ao Decreto nº 7.234, § 1º. De acordo com o Art. 2º:

Art. 2º[...]

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação. (BRASIL, 2010).

Como podemos perceber, a abrangência da Política do PNAES é extensa e as instituições, em sua maioria, não conseguem executar todas essas ações, devido ao quadro de servidores ser insuficiente, bem como por falta de recursos financeiros, dificultando atender seus objetivos. De acordo com o Art. 2º:

Art. 2º [...]

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010).

A partir do PNAES, a Assistência Estudantil se efetiva em articulação, de acordo com a legislação, com o tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão que constituem o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser separado. O artigo 207 da CF de 1988 dispõe que as universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Brasil (1998). O programa reafirma essa união:

Art. 3º - O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

Assim, compreende-se a relevância da Assistência Estudantil, a diferença que a mesma proporciona na vida daqueles alunos que a usufruem, possibilitando a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico e minimizando situações de desistência ou trancamento de matrícula. Nesse sentido, o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e, conseqüentemente, seu desempenho acadêmico e de cidadãos (BARBOSA, 2009, p. 39).

Diante do contexto, as ações apresentadas evidenciam o percurso extenso para a inserção da Assistência Estudantil regulamentada em Lei. A Política dessa Assistência faz parte do processo de democratização da educação superior, com relevância indescritível para aqueles que dela usufruem. Nessa perspectiva, cabe apresentar uma análise descritiva do público-alvo dessa política, no intuito de certificar sua efetividade. É preciso partir do pressuposto de que garantir o acesso não garante conclusão do curso e, por isso, a

implementação de medidas que garantam a permanência e êxito são essenciais, fazem a diferença, prioritariamente para aqueles considerados marginalizados.

Conforme Nascimento; Arcoverde (2012, p. 169), dentro dos argumentos que revelam a necessidade das ações de Assistência Estudantil, o da desigualdade de renda do corpo discente é apontado como um dos fatores que explicam os elevados índices de evasão e retenção e, portanto, justifica a sua importância. Nesse sentido, Paz (2012) afirma que:

Torna-se imprescindível a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso [...], reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem suas vidas acadêmicas com sucesso. (PAZ, 2012, p. 192).

Nessa direção, podemos afirmar que o PNAES assume um papel fundamental na promoção de uma política educacional mais inclusiva, à medida que pode contribuir para minimizar dificuldades de ordem socioeconômica e possibilitar, aos estudantes, condições menos desiguais no decurso de sua permanência na instituição de ensino em que se encontram inseridos, conforme Silvas; Lima (2012). Ainda com base em Silvas; Lima (2012, p. 144, grifos originais) convém salientar que para transpor minimamente o *apartheid* social instaurado historicamente em nosso país, os processos de democratização educacional devem vir acompanhados de processos de democratização econômica e social.

3 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO AOS ESTUDANTES - IFNMG, CAMPUS DIAMANTINA

O objetivo deste capítulo é apresentar a aplicabilidade da Política de Assistência Estudantil no *Campus* Diamantina, a partir da caracterização da implantação do respectivo programa na cidade de Diamantina, como proposta de interiorização da expansão da rede federal de educação. E ainda, de maneira geral, descrever os instrumentos utilizados na oferta dos cursos, por considerar de suma importância essa contextualização que marcam o início das atividades do ensino. Haja vista que, o *lócus* dessa pesquisa é consequência da oferta do ensino, ou seja, está diretamente inter-relacionado com o propósito de oferecer uma educação de qualidade e oportunizar a permanência e êxito àqueles estudantes, em situação financeira desfavorável.

Acrescentando as análises, apresenta-se também, de modo geral, o processo seletivo de concessão dos auxílios financeiros do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes do *Campus* Diamantina. Apontando as bases legais que permeiam essa política dentro da instituição, bem como sua importância no projeto de expansão.

Ao fim, discutem-se as modalidades dos auxílios, diferenciando-as, com o propósito de incentivar a equidade na oferta dos auxílios de acordo com a realidade de cada aluno. Em seguida, discorre-se sobre as etapas do mesmo processo, visando à transparência e lisura, e o comprometimento da instituição em proporcionar aos estudantes que se sintam pertencentes ao *Campus*.

3.1 Apresentação do novo *Campus* do IFNMG, em Diamantina

A Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008, pelo ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, materializou-se a partir da mescla dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) ou Escolas Agrotécnicas Federais. Esses Centros deram origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a finalidade de ofertar o ensino gratuito em nível nacional, de forma a interiorizar a educação pública federal, um instrumento a favor das classes sociais vulneráveis, capaz de proporcionar a equidade ao acesso a essa política e emancipação do indivíduo.

Ressalta-se que, até 2002, a rede federal era composta por 140 unidades em nível nacional, e algumas dessas unidades eram integradas às instituições centenárias. Logo, somente a partir desse ano foi que o governo federal apresentou novas diretrizes governamentais, dentro das políticas públicas, a educação teve um olhar especial, propondo

ações direcionadas aos grupos excluídos com a oferta de uma educação gratuita e de qualidade, na perspectiva da igualdade de direitos. Para tanto, o Ministério da Educação, sob a gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Setec, regulamentou o processo de expansão da rede:

[...] foi promulgada a Lei 11.195 de 18 de novembro de 2005, que alterou o parágrafo § 5º art. 3º da Lei nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994, que vetava a criação e manutenção da *"expansão da oferta de educação profissional mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União"*. A partir de então, a Rede Federal iniciou um processo de expansão, com a criação de novas unidades, em todo o território nacional, a partir de critérios de crescimento em sintonia com o desenvolvimento social e econômico. (SETEC/MEC, 2015).

O projeto de expansão da rede federal possui três fases: a primeira ocorreu no período de 2003-2006, a segunda em 2007-2010, e a terceira se iniciou em 2011 no governo da ex-presidente Dilma Rousseff que manteve a proposta do governo anterior, referente à expansão dos institutos federais. Também, era favorável à oferta de cursos de formação profissional e tecnológica, um instrumento capaz de proporcionar a igualdade de acesso, contribuindo no combate das mazelas sociais locais e regionais. Nesse contexto, de junção dos CEFETs (antigas escolas agrotécnicas vinculadas a Universidades), criou-se o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, com ofertas das modalidades de ensino básico, superior e profissional.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos, tecnológicos, formação inicial e continuada e qualificação profissional com sua prática pedagógica. Sua área de abrangência é constituída de 173 municípios distribuídos em quatro mesorregiões (Norte e Noroeste de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri), ocupando uma área total de 209.262,579 km². A população total estimada é de 2.824.613 habitantes, conforme IBGE. (IFNMG, 2018).

O IFNMG, conforme Brasil (2008), faz-se presente em diversas regiões de Minas Gerais com a finalidade de formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, pautado nos documentos institucionais oficiais para atender às oportunidades de desenvolvimento regional, contribuindo na composição e consolidação dos arranjos produtivos locais, objetivando fortalecer a organização social e as identidades culturais (IFNMG PDI 2014-2018, 2013). Assim, a instituição contribui para o desenvolvimento social e econômico de acordo com sua

área de inserção, propiciando de forma integrada e articulada o tripé da educação: o ensino, a pesquisa e a extensão.

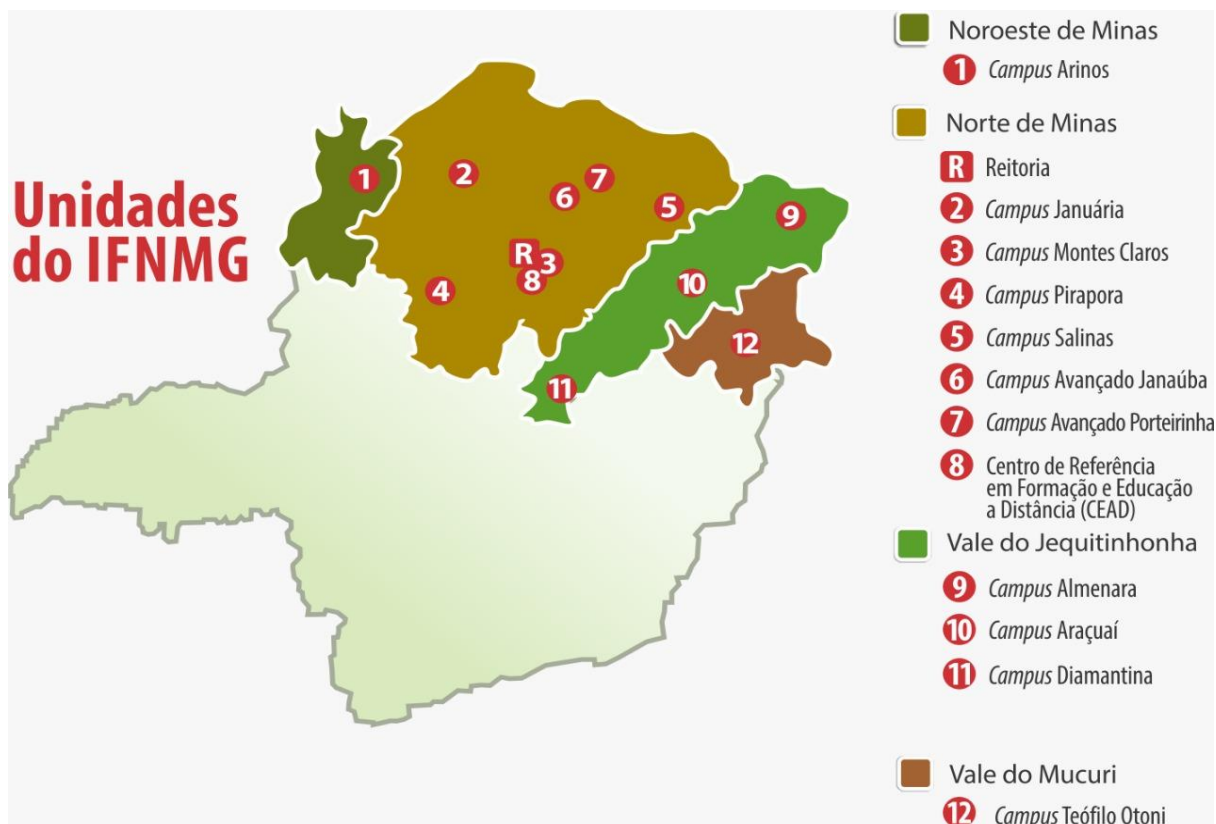
Nesse processo de expansão, especificamente na FASE III, por meio do anúncio realizado pela presidenta da República, Dilma Rousseff, destaca-se a primeira ação no processo de implantação de uma nova unidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) na cidade de Diamantina. Respectivamente, a cidade de Teófilo Otoni também foi contemplada com um novo *Campus*, Vale do Mucuri, ambos integrados ao IFMNG, fazendo parte do quantitativo nacional de 120 novas unidades autorizadas pelo governo federal na FASE III de expansão da rede.

Essa ação, iniciativa do próprio governo federal, optou por utilizar os critérios do Programa Territórios da Cidadania - Alto Jequitinhonha - MG, para selecionar as cidades a serem contempladas com um *Campus* da expansão FASE III. O Programa Territórios da Cidadania foi criado em 2008, cuja finalidade era impulsionar o desenvolvimento local/regional sustentável e a garantia de direitos sociais destinados às regiões mais pobres do país (BRASIL, 2008). Com isso, os municípios que compõem o Território da Cidadania atendem aos seguintes critérios desse programa:

- I. estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- II. menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;
- III. maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- IV. maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- V. maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- VI. baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;
- VII. convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; e
- VIII. Maior organização social. (BRASIL, 2008).

O novo *Campus* foi inserido ao IFMNG e o Alto Jequitinhonha passou a integrar essa instituição, abrangendo as microrregiões, ocupando uma área total de 184.557,80 km, com onze campi: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas, Teófilo Otoni, *Campus* Avançado Porteirinha e Janaúba, três Centros de Referência em Formação e Educação a Distância (CEAD, Buritis e Corinto) e a Reitoria, sediada em Montes Claros. A figura 1, a seguir, mostra por meio de mapa, esses Campi.

Figura 1 – Mapa de Abrangência do IFNMG, por Microrregião



Fonte: Site Institucional do IFNMG: <https://www.ifnmg.edu.br/ifnmg/conheca> Acessado em 03/09/2020.

Nesse sentido, a área de abrangência do IFNMG com as duas novas unidades, ficou constituída por 126 municípios distribuídos em 3 mesorregiões (Norte, parte do Noroeste e parte do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais), ocupando uma área total de 184.557,80 Km², (IFNMG, 2011). Atua com uma organização estruturada no formato multicampi, cada *campi* tem autonomia administrativa, respeitando suas peculiaridades e diversidades.

De acordo com dados do IBGE (2010), Diamantina, cidade histórica de Minas Gerais, localizada na mesorregião do Jequitinhonha, conta com uma população de 45.880 e área da unidade territorial 3.891,659 km². A importância histórica, de destaque nacional, reflete na sua economia, por ser uma cidade colonial dos diamantes com intenso fluxo de turismo. O Vale do Jequitinhonha, composto por um povo esperançoso frente aos contrastes sociais, é estigmatizado como vale da miséria, contudo, tal denominação não descaracteriza suas potencialidades. Assim, ao ser autorizada a implantação de uma unidade do Instituto Federal em Diamantina, a prefeitura municipal, parceira no processo, assinou um Termo de

Compromisso com o governo federal e cedeu o terreno para a construção da nova unidade de educação profissional.

Art. 3º [...] § 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2005).

Para o êxito do projeto de expansão da rede federal, faz-se necessária a união dos entes: Município, Estado e Distrito Federal, na concretude da interiorização e democratização da oferta de cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional, respeitando as especificidades locais e regionais. Assim, a Prefeitura Municipal de Diamantina partilha do anseio e efetivação da expansão dos Institutos, fez a doação do terreno para a instalação/construção do IFNMG, *Campus* Diamantina, através da Lei nº 3.837, de 27 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Município de Diamantina autorizado a doar ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, para construção dos prédios e instalações Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFET, área de terreno de propriedade municipal, medindo 42,8818 há (quarenta e dois hectares, oitenta e oito ares e dezoito centiares) e um perímetro de 3.033,90 m (três mil e trinta e três metros e noventa centímetros), localizada no Município de Diamantina, Minas Gerais, denominado Fazenda Biribiri, área doada pela ESTAMPARIAS/A, área esta dentro das Divisas e confrontações conforme memorial descritivo e planta [...]. (LEI MUNICIPAL, 2013).

Cabe destacar, com a nova unidade do Instituto federal na cidade de Diamantina – (IFNMG *Campus* Diamantina) mesorregião do Jequitinhonha, o Vale do Jequitinhonha nas suas três microrregiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha que estão inseridas na rede de expansão com ao menos um *Campus* com uma área de abrangência de 16.830,174 Km. Conforme anteriormente mencionado, essa política, pensando nos segmentos mais vulneráveis, reascende e oportuniza a possibilidade de acessar a educação pública e gratuita, promovendo a busca de uma condição social digna.

A partir de então, o IFNMG, por meio do Reitor, Professor Paulo César Pinheiro de Azevedo e equipe administrativa iniciaram as articulações, principalmente da formação de parcerias, para em conjunto discutir e planejar as ações para execução do processo de implantação do *Campus* na cidade de Diamantina. Para isso, designou uma comissão, conforme Portaria nº 452, de 24 de outubro de 2011, com a finalidade de conduzir esse trabalho.

Art. 1º Designar os servidores DIEYSSON ALKMIM OLIVEIRA e GERALDO

WAGNER SOARES, Engenheiros; ÁLISSON MAGALHÃES CASTRO e CHARLES BERNARDO BUTERI, Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico deste IFNMG para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão responsável pela avaliação de terrenos para implantação dos *campi* do IFNMG nas cidades de Diamantina-MG e Teófilo Otoni-MG. (IFNMG, 2011).

A primeira ação de ensino do IFNMG na cidade de Diamantina foi através da oferta de cursos na modalidade EAD, em parceria com a Prefeitura Municipal em 2013.

Antes mesmo da construção do *campus*, o IFNMG que já é uma realidade em Diamantina, por meio de um polo de apoio presencial para oferta de cursos na modalidade à distância. No dia 2 de abril, tiveram início as aulas dos cursos de Hospedagem, Agente Comunitário de Saúde e Transações Imobiliárias. Entre os dias 15 e 19 de abril, 90 alunos receberam capacitação em Informática Básica por meio do laboratório móvel do IFNMG. (IFNMG, 2013).

Assim, com a oferta dos cursos à distância, o IFNMG apresentou a comunidade, bem como as entidades, instituições públicas e privadas representativas da sociedade civil, ONGs e demais pessoas da sociedade diamantinense que tinham interesse na expansão da oferta de educação pública e de qualidade na região. Ainda, os cursos em EAD também atendiam as pessoas dos municípios circunvizinhos a Diamantina, contribuindo para o fortalecimento do vínculo dessa instituição com a cidade.

Dessa forma, a gestão do IFNMG entendeu que, para a efetividade da implantação do *Campus* em Diamantina, era necessário estar em *lócus* para a realização dos trâmites legais. Assim, por meio da Portaria nº 0843, de 03 de novembro de 2014, o Reitor, José Ricardo Martins da Silva, designou servidores para constituírem a comissão responsável por articular, viabilizar, apoiar e planejar as ações, eventos e etapas para implantação das atividades de ensino (IFNMG, 2014). E assim procederam, os servidores da respectiva comissão abraçaram a missão por meios de estudos técnicos, observando as potencialidades, necessidades e possibilidades que caracterizam a região de abrangência.

3.2 IFNMG *Campus* Diamantina, o início das atividades de Ensino

Oficialmente, a implantação do IFNMG, *Campus* Diamantina, ocorreu com a nomeação do Diretor Geral, Júnio Jáber, por meio da Portaria nº. 969, de 04 de dezembro de 2014, assinada pelo Reitor à época. Em atenção à missão do IFNMG, que é de produzir, disseminar e empregar o conhecimento tecnológico e acadêmico para a formação do indivíduo, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com a participação da comunidade,

apresentando suas potencialidades e demandas, para serem atendidas e elaboradas de forma democrática.

Seguindo essa mesma linha, a audiência pública, em 05 de dezembro de 2014 foi o instrumento usado para apresentar o IFNMG, *Campus* Diamantina à comunidade: é uma ação participativa que busca consolidar de forma democrática o envolvimento dos cidadãos na construção de ações que promovam o desenvolvimento local e regional (IFNMG, 2014). Convém acrescentar que a audiência pública é uma ferramenta que permite a participação ativa e democrática, de todas as instâncias afins, e foi coerentemente utilizada pelo Campus nas escolhas de suas unidades de ensino a serem ofertadas.

Nesse contexto, a finalidade da audiência pública era incentivar a participação da comunidade local em torno da área de abrangência, por meio da apresentação dos objetivos e exposição das expectativas e anseios oriundos da instituição com a implantação de uma nova unidade do IFNMG na região do Alto Jequitinhonha. Assim, ocorreu a audiência pública cujos objetivos foram:

- 1º) Apresentar à sociedade o IFNMG: histórico, área de atuação, contexto regional.
- 2º) Propiciar a participação de vários segmentos da sociedade para a construção de uma instituição educacional fortalecida e comprometida com a democracia, bem como criar canais permanentes de diálogo com a sociedade no seu local de inserção e atuação.
- 3º) Envolver todos os interessados e recolher sugestões que permeariam as ações do IFNMG no *Campus* Diamantina.
- 4º) Oportunizar a identificação dos possíveis cursos técnicos e superiores a serem implantados no referido *Campus*. (IFNMG, 2014).

Essa foi a primeira audiência pública realizada pelo IFNMG, *Campus* Diamantina, um marco importante na efetivação de articulações, firmou parcerias e lançou o questionário que recolheu sugestões dos cursos técnicos e superiores para serem implantados e ofertados gratuitamente na cidade. Na consolidação de parcerias estratégicas, essa audiência regulamentou parceria entre o IFNMG e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM):

O evento formalizou uma parceria pioneira entre o IFNMG e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) para o estabelecimento de cursos, pesquisas e desenvolvimento na área de aviação civil. Além disso, um termo de cooperação assinado entre as duas instituições estabeleceu uma parceria para o funcionamento provisório do IFNMG de Diamantina no *Campus* I da UFVJM até que esteja pronto o *campus* do Instituto, que começará a ser construído em uma área próxima ao Aeroporto. (IFNMG, 2014).

A união dessas duas instituições federais de educação demonstrou o compromisso e respeito que ambas têm com as expectativas da sociedade em proporcionar educação pública à população. Com finalidade, em comum, contribuir com o desenvolvimento local e regional, bem como formar cidadão crítico e pensante, que saiba se relacionar e posicionar dentro da sociedade. A figura 2, a seguir, registrou esse momento.

Figura 2 – Assinatura do Termo de Cooperação

Reitor do IFNMG, professor José Ricardo Martins da Silva, e reitor da UFVJM, professor Pedro Ângelo de Almeida Abreu, assinam parcerias entre as duas instituições.



Fonte: Site do IFNMG Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-diamantina/155-diamantina-noticias-2014/8205-ifnmg-dialoga-com-a-sociedade-diamantinense-sobre-a-implantacao-de-novo-campus-em-historica-audiencia-publica>, 2014. Acesso em: 03 set. 2020.

Esse evento oficializou a parceria do *Campus* Diamantina com a UFVJM, através da assinatura do Termo de Cooperação de empréstimo do espaço físico da Universidade ao *Campus*. A partir daí, o IFNMG pode organizar e iniciar suas atividades de ensino até a construção de sua própria sede, situado no Campus I, na Rua da Glória, nº. 187 - Centro, Diamantina. Outra instituição parceira, a Superintendência Regional de Educação do Estado de Minas Gerais, na época sob a gestão do Sr. Leonardo Soares, foi e permanece sendo uma parceria expressiva com o IFNMG, desde a oferta do ensino a distância (ainda não tinha o *Campus*), como dos cursos presenciais.

Todavia, vale destacar que a participação da comunidade teve um papel crucial na sugestão dos cursos técnicos e superiores a ser implantados e ofertados pelo IFNMG, *Campus* Diamantina, por meio do acesso e preenchimento do questionário disponibilizado no site oficial: <https://www.ifnmg.edu.br/>. No questionário apareciam elencados os cursos propostos por representantes de vários segmentos da sociedade civil de Diamantina e de sua área de abrangência.

Outra ação de articulação vinculada à divulgação do IFNMG *Campus* Diamantina, foi a confecção e distribuição do tradicional panfleto e divulgação nas mídias sociais, especificamente o facebook/página, em paralelo ao site institucional, com transparência das atividades e ações desenvolvidas fazendo parte do processo de sua implantação.

O *Campus* Diamantina, desde 2014, por meio de designação já possuía o seu Diretor Geral em exercício, porém, ainda não tinha o corpo de docentes e técnicos administrativos constituídos e não era uma unidade gestora. Assim, sua estrutura administrativa era executada pela Reitoria, com sede na cidade de Montes Claros, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Administração, responsável pelo processo de construção do mesmo.

A Pró-reitoria de Administração, durante o ano de 2015, além de planejar, definir, acompanhar e avaliar as políticas e atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial, serviu de apoio à realização das atividades-fim da instituição. Foram realizadas, no ano de 2015, as licitações para contratação das empresas que construirão os prédios dos *Campi* Diamantina [...]. (IFNMG, 2015).

Como anteriormente mencionado, a proposta feita na primeira audiência pública, por meio do preenchimento do questionário, fez com que os moradores da cidade e representantes das prefeituras da região, de movimentos sociais e culturais e de instituições diversas participassem das escolhas dos cursos técnicos e superiores a serem ofertados pelo *Campus* Diamantina. Nesse universo, em 26 de junho de 2015, houve a segunda audiência pública do IFNMG para apresentação dos cursos escolhidos a serem ofertados, de acordo com pesquisa para esta finalidade:

Os cursos que deverão ser ofertados pelo *Campus* Diamantina foram escolhidos a partir de visitas técnicas e reuniões setoriais realizadas pela equipe do *Campus* e, principalmente, do questionário online que ficou disponível durante cinco meses e recebeu mais de 3 mil participações. Os cursos que irão fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFNMG e o Plano de Desenvolvimento do *Campus* Diamantina 2015-2020 são os técnicos em Informática, Biotecnologia, Meio Ambiente, Artes Dramáticas, Eletromecânica e Edificações. Os cursos superiores são Gastronomia e Arquitetura e Urbanismo. (IFNMG, 2015).

Definido os cursos, o *Campus* participou, pela primeira vez, do Edital Nº 27, de 23 de Fevereiro de 2015 do 2º - Processo Seletivo de 2015 do IFNMG para Cursos Técnicos Presenciais de Nível Médio, nas Modalidades Concomitante e/ou Subsequente dos Campi Almenara, Diamantina, Januária, Montes Claros e Pirapora, ofertando o curso Técnico Concomitante/Subsequente em Informática. Esse foi o pioneiro, e atendendo de forma democrática, conforme sugestão da maioria como o apresentado na segunda audiência pública:

O *Campus* Diamantina iniciou suas atividades acadêmicas em agosto/2015. A primeira turma com alunos presenciais do IFNMG foi a do Curso Técnico em Informática, na modalidade concomitante/subsequente, turno noturno. No processo seletivo, houve 123 inscritos para 30 vagas. Desse modo, o *campus* inicia suas atividades com a média de 4,1 candidato/vaga. Avalia-se o número como positivo, dado ao aspecto vivenciado, qual seja, a implantação do *campus* em prédio cedido pela Universidade, o que afeta diretamente a constituição da nossa identidade institucional. Todavia, os servidores do *campus* trabalharam junto a escolas de Ensino Médio e à Associação Comercial e Industrial de Diamantina (ACID/CDL), com vistas a divulgar o processo seletivo, além de entrevistas concedidas às emissoras de rádios locais e TV (TV Vale), a fim de publicizar as ações institucionais e o curso ofertado. (IFNMG, 2015).

Nessa sequência, em 24 de agosto de 2015, aconteceu a aula inaugural que oficializou o início das aulas da primeira turma do Curso Técnico em Informática, com duração de três semestres e teve 30 alunos.



Fonte: Site do IFNMG Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/diamantina-comunicacao/noticias-dia/noticias-2015/9685-ifnmg-campus-diamantina-realiza-aula-inaugural>, Acesso em: 03 set. 2020.

Em 2016, o Ministério da Educação autorizou o funcionamento da unidade do IFNMG, *Campus Diamantina*, através da Portaria nº 378, de 09 de maio de 2016, ato de suma importância no processo de sua consolidação. Em consonância com o início das atividades de ensino, a gestão manteve articulações para viabilizar a construção da sede própria do *Campus*, lembrando que o mesmo estava funcionando no espaço físico cedido pela UFVJM. Logo, com a proposta de aumentar o acesso às novas vagas de cursos, o espaço seria insuficiente para atender toda a demanda: alunos, docentes, técnicos administrativos e terceirizados.

3.3 Processo seletivo da concessão dos auxílios financeiros da Assistência Estudantil

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma política pública da educação, com o viés de apoiar a permanência e êxito dos discentes de baixa renda nas instituições federais. Essa política foi elaborada com a intenção de propor a equidade de oportunidades aos alunos e visa colaborar com desempenho acadêmico satisfatório; as ações são executadas para minimizar os impactos sociais negativos dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Em suma, é importante conceituar a vulnerabilidade, entendida como desvantagens sociais que impedem o indivíduo de aproveitar e acessar as oportunidades para

obter uma situação de vida digna de forma igualitária, ou seja, se expressa no cerceamento dos direitos sociais. Também é definida como exclusão social, que serviu de referência para a caracterização de situações sociais-limite, de pobreza ou marginalidade, e para a consequente formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento destas questões, conforme Dieese (2007); Busso (2005); Lavinas (2002); Castel (1997). Dialogando com essa definição, entende-se de alguma forma o cidadão que se encontra na situação de vulnerabilidade e que está às margens do acesso aos seus direitos sociais, por isso as políticas públicas sociais, se executadas de maneira eficaz, são tão importantes na superação de mazelas sociais, propiciando a inclusão social.

[...] indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a política do PNAES foi instituída nas instituições federais com o propósito de atender, especificamente, aos alunos em situações socioeconômicas desfavoráveis. Não diferente, no âmbito do IFNMG, em 25 de fevereiro de 2011, o PNAES foi aderido por meio da aprovação do ConSup - Conselho Superior. Em sequência, em 2012, foi aprovado o Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG, no âmbito do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, de acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Esse Regulamento estabelece as diretrizes para execução da política, destinada aos alunos que estivessem regularmente matriculados e frequentes nas seguintes modalidades: integrado; concomitante; subsequente; tecnologia; licenciatura; bacharelado e Proeja, todos no regime presencial.

Como já exposto, no segundo semestre de 2015, deu-se início às atividades de ensino no IFNMG, *Campus* Diamantina. Logo, fazia-se necessário criar o plano de trabalho para a adesão ao PNAES, estabelecendo diretrizes para efetivação do Programa de Assistência Estudantil no instituto.

Nesse sentido, no segundo semestre de 2016, através da Portaria nº 40, de 06 de setembro de 2016, foram designados os integrantes da Comissão responsável pelo Programa de Assistência Estudantil do IFNMG. Com esse ato, deu-se início às ações a serem executadas pelo apoio financeiro, em consonância com outros instrumentos multidisciplinares que

também fazem parte do programa. Assim, como em todo o IFNMG, o *Campus* Diamantina dispõe de ações com o propósito de identificar as carências socioeconômicas dos discentes, bem como em ações que contribuam com a permanência e êxito, minimizando assim a evasão.

No mesmo ano, as atividades de Ensino contaram com a oferta de três cursos e quatro turmas: Técnico em Informática - Concomitante / subsequente / 2015; Técnico em Meio Ambiente - Concomitante / subsequente / 2016; Técnico em Teatro - Concomitante / subsequente / 2016 e Técnico em Informática - Concomitante / subsequente / 2016, especificamente, em outubro/2016. Para esse público foi publicado o primeiro edital do processo de concessão de auxílio financeiro do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes, com a oferta de três meses de auxílios nas modalidades: Permanência, Moradia, Transporte Municipal, Transporte Intermunicipal, Alimentação, Cópia e Impressão, Uniforme e Itens Escolares. Tiveram direito a essas concessões os estudantes que preencheram os requisitos do Programa.

O início dessa ação no *Campus* foi um marco, mesmo diante de inúmeras dificuldades para a concretização do programa, haja vista não estar prevista no orçamento daquele ano a dotação orçamentária para a Assistência Estudantil. Foi um desafio com êxito, contribuindo nas justificativas com parâmetros para solicitar a inclusão da ação dentro da Lei Orçamentária Anual - LOA. Assim, no ano de 2017, na Lei Orçamentária do *Campus* Diamantina, constou a rubrica do Programa da Assistência Estudantil detalhada e autorizada para execução. Com o ingresso de novas turmas, bem como a primeira turma do Curso Técnico em Biotecnologia Concomitante/Subsequente ocorreu a publicação de dois editais do processo seletivo da Assistência. A oferta do segundo edital se justifica pelo fato de disponibilidade financeira e demanda por parte dos alunos em situação socioeconômica desfavorável, refletindo negativamente na garantia de sua permanência na instituição de ensino.

O *Campus* faz parte da FASE III da expansão dos Institutos Federais do IFNMG. Nessa ascensão, gradativamente, houve a oferta de novos cursos, especificamente em 2018, ano em que contou com os Cursos Técnicos Integrados em Meio Ambiente e Informática. Diante das flutuações, em todo o âmbito do IFNMG, devido a sua área de abrangência e individualidade de cada *campi*, houve a necessidade de atualizar o Regulamento da Política de Assistência Estudantil, com publicação em 14 de dezembro de 2017, para melhor planejar, executar e efetivar essa política nos *campi*.

O Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG reconhece as especificidades da Rede Federal de Educação e as particularidades dos Institutos Federais de Educação, principalmente no que tange aos públicos atendidos, por meio da diversidade de modalidades de cursos ofertados à sociedade e aos territórios de sua abrangência. (IFNMG, 2017).

Portanto, com vistas a atender de melhor maneira seu público alvo, o IFNMG acompanha, avalia e atualiza suas políticas com o intuito de acolher o aluno, levando-o a se sentir pertencente à instituição com o apoio de uma equipe multidisciplinar. Nesse sentido, o regulamento da política sofreu alterações, dentre elas, nas modalidades de auxílios, transformadas em níveis, de acordo com o grau de vulnerabilidade apresentada por cada estudante.

Assim, nos editais do programa, ofertados no exercício de 2018, constaram as seguintes modalidades dos auxílios financeiros: Permanência I; Permanência II e Permanência III, os quais correspondem a valores diferentes para cada modalidade, com intuito de equidade. Considerando, para tanto, a realidade de cada aluno, com necessidades diferentes, dentro do contexto das despesas para se manter no curso. Ressalta-se como ponto positivo que tanto no ano de 2017 como no de 2018, ainda de forma manual, o *Campus Diamantina* concedeu aos alunos duas oportunidades, via edital, a pleitearem a ajuda financeira para suprir suas despesas no curso.

3.4 Das Modalidades dos Auxílios da Assistência Estudantil

O IFNMG, na sua área de abrangência, considera todo o aspecto econômico, social e político das regiões, respeitando as particularidades e culturas, assim também é por meio do Regulamento da Assistência Estudantil. Com isso, promove ações em uma perspectiva total da concepção de educação e da Assistência Estudantil, destacando as ações que se referem ao acolhimento do público da educação básica, conforme pressupõe a LDB (art. 4º inciso VIII) o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Com base nessa concepção, o Programa oferta auxílio financeiro por modalidades, conforme a situação socioeconômica do aluno que é conhecida a partir de sua inscrição, entrega e análise da documentação comprobatória.

3.4.1 Modalidades de Auxílios: anos de 2016/2017

Os processos seletivos de concessão dos auxílios financeiros de ajuda de custo da Assistência Estudantil do *Campus* Diamantina, nos anos de 2016/2017, transcorreram de acordo com o Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG de 2012. Para isso, considerou as modalidades de auxílios: permanência, moradia, transporte municipal e intermunicipal, cópia e impressão, e uniforme/itens escolares. Sendo permitido o acúmulo das modalidades de auxílio por estudante, exceto o auxílio permanência.

3.4.1.1 Auxílio Permanência

Compreende-se como auxílio permanência aquele destinado aos alunos com um elevado índice de vulnerabilidade socioeconômica, detectada a partir da análise dos indicadores sociais. O aluno apto a receber esse auxílio, praticamente, é aquele que em seu núcleo familiar há uma situação socioeconômica bem frágil, ou que é acompanhado por outras políticas públicas externas à instituição educacional, com intuito de promover a emancipação familiar.

Posto isso, há grande possibilidade desse aluno desistir do curso, caso não consiga apoio financeiro para custear as despesas de alimentação, cópia e impressão, itens escolares e uniformes, moradia e transporte. É importante ressaltar que essa modalidade de auxílio tem maior valor financeiro comparado com os demais, e o aluno contemplado, automaticamente, está desclassificado dos outros recursos.

3.4.1.2 Auxílio Moradia

Essa modalidade de auxílio concedida aos alunos, prioritariamente, que tenham se mudado para a cidade sede do *Campus* Diamantina, em função do ingresso neste, e que apresentem despesa com moradia (aluguel). Ainda, em contrapartida, o aluno atendido por esse auxílio, mensalmente deve prestar contas, por meio do comprovante de pagamento do aluguel.

Vale ressaltar que alguns *Campi* oferecem a residência, com toda infraestrutura para o aluno, enquanto que o *Campus* Diamantina não dispõe desse serviço, assim, é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia. Essa modalidade de

auxílio foi uma das primeiras ações a ser pensada e ofertada aos alunos que precisaram sair de suas cidades para estudar, como já mencionado, a Casa de Estudantes.

3.4.1.3 Auxílio Transporte Municipal

Esse auxílio contribui para o custeio das despesas com transporte para os alunos residentes na cidade-sede permitindo-lhes o acesso ao *Campus* Diamantina. Para pleiteá-lo, o aluno deve comprovar sua situação socioeconômica de acordo com o Edital, bem como comprovar sua residência.

3.4.1.4 Auxílio Transporte Intermunicipal

O Auxílio transporte intermunicipal é concedido ao estudante que residir em outro município ou distrito, comprovando a distância mínima de 03 Km (três quilômetros) até o município sede do *Campus*. Essa comprovação acontece por meio da documentação comprobatória coerente, assim como no auxílio transporte municipal.

3.4.1.5 Auxílio Alimentação

Apoio financeiro para contribuir com o custeio das despesas de alimentação para promover a permanência do discente no curso, baseada na documentação comprobatória e análise da situação socioeconômica. O *Campus* não tem restaurante, logo, oferece o serviço por meios monetários.

3.4.1.6 Auxílio Cópia e Impressão

Apoio financeiro com o custeio das despesas relativas a cópias e impressões, na complementação dos estudos. Isso é permitido, desde que o discente atenda aos critérios do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes do *Campus*.

3.4.1.7 Auxílio Uniforme e itens escolares

Auxílio uniforme e itens escolares é um apoio financeiro para custear as despesas de uniforme e itens escolares, no intuito de incentivar e promover a permanência e êxito do aluno, concedido de acordo com a vulnerabilidade familiar do estudante. Salienta-se, que os editais são modelos padronizados pela Reitoria do IFNMG e cada *Campus* tem sua autonomia no que tange aos valores e período de vigência dos auxílios. Perante a ampla expansão territorial que o IFNMG abrange, há múltiplas especificidades e particularidades nos Campi. A política de Assistência Estudantil, atenta a essas diversidades internas e externas, reconhece a necessidade de uma releitura e atualização de seu Regulamento.

Nesse contexto, em 14 de dezembro de 2017, foi aprovada a atualização do Regulamento da política de Assistência Estudantil do IFNMG, baseado no Decreto N.º 7.234 de 2010, com impacto maior no que diz respeito às modalidades dos auxílios. A reformulação dessas foi feita com intuito de dar autonomia aos alunos em administrar o apoio financeiro, de acordo com suas necessidades, e despesas para a manutenção no curso. Importante destacar que, com as novas modalidades, não há nenhum tipo de contrapartida por parte do aluno.

3.4.2 Modalidades de Auxílios: ano de 2018

No exercício do ano letivo de 2018, com disponibilidade orçamentária, houve a publicação de dois editais do programa, conforme Regulamento aprovado em 14 de dezembro de 2017. Vale esclarecer que aqueles estudantes contemplados no primeiro edital tiveram sua participação vetada no segundo, visto que já estavam sendo atendidos pelo programa. Nessa modalidade é proibido o acúmulo de auxílios. O período de vigência dos auxílios é definido de acordo com a disponibilidade financeira do *Campus*, priorizando os discentes que se encontram em situação de maior vulnerabilidade econômica.

3.4.2.1 Auxílio Permanência I

O auxílio permanência I é concedido aos discentes em situação socioeconômica considerada insuficiente para sua manutenção no *Campus*, ou seja, com alto índice de vulnerabilidade comprovada através dos documentos comprobatórios, de acordo com a realidade de cada aluno e critérios de classificação, conforme o regulamento da política. Esse auxílio tem um maior valor financeiro, com intuito de apoiar as diversas despesas oriundas do curso, visando diminuir os índices de retenção e evasão escolar.

3.4.2.2 Auxílio Permanência II

Essa modalidade de auxílio é destinada aos estudantes com médio índice de vulnerabilidade social, ou seja, condição socioeconômica intermediária para se manter no *Campus*, possuindo recursos financeiros para arcar com apenas algumas despesas. Esse apoio financeiro é concedido aos que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outros.

3.4.2.3 Auxílio Permanência III

Esse auxílio é concedido aos discentes com baixo índice de vulnerabilidade social e está dentro dos critérios para a inclusão no Programa. Diante de uma provável indisponibilidade orçamentária do *Campus*, os alunos contemplados com permanência I ou II terão prioridade sob ao auxílio III, os editais preveem tal situação.

A classificação do índice de vulnerabilidade é norteadada pelos indicadores sociais, contidos nos questionários socioeconômicos, preenchidos por cada aluno inscrito no processo. Há uma descrição no barema de pontuação para os mesmos que garante que quanto maior é a nota, mais alto é o índice de vulnerabilidade. Dentro da nota de pontuação de 0 a 100, para cada edital, são analisadas as especialidades que determinam os intervalos de pontuação equivalente, para cada tipo de auxílio permanência.

Essas metodologias de estudos são construídas e norteadas por todos os profissionais de Serviço Social do IFNMG. São os mesmos que, no dia a dia, estão próximos à realidade dos estudantes e fazem a mediação aluno-família-escola, identificando as fragilidades e os acertos dessa política.

3.5 Etapas do processo para pleitear a Assistência Estudantil

O objetivo fim da Assistência Estudantil - AE, *Campus* Diamantina, baseia-se em uma política que contribui com o acesso, permanência e êxito dos alunos. Um dos instrumentos que permite a efetividade desse objetivo é a concessão de auxílios financeiros a alunos que possuem uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Interligada a essa ação,

há o trabalho multidisciplinar, para além do financeiro, juntos, são mecanismos que promovem condições de desenvolvimento acadêmico.

O Programa de AE do *Campus* foi implantado por meio da Coordenação de Extensão, no segundo semestre do ano de 2016 e registrado, conforme documentos institucionais, através de processo seletivo de concessão de auxílio de apoio financeiro via edital. Desde aquele ano, de acordo com dotação anual orçamentária, no mínimo, um edital foi publicado anualmente. Nesse contexto, a comissão responsável pelo processo desempenha um papel de suma importância, acolhendo, sanando as dúvidas e orientando os discentes quanto ao passo a passo dos procedimentos para pleitearem os auxílios.

É importante observar que, em todas as modalidades dos cursos ofertados, há alunos com idade inferior a 18 anos. Diante de tal realidade, os pais devem conhecer e acompanhar o desempenho escolar do filho, para além do ambiente da sala de aula, conforme está explícito na CF (1988) Art. 229 [...] os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores [...].

Os indivíduos em condições menos favoráveis são os que demonstram mais dificuldade em conseguir o acesso às informações necessárias para usufruírem de seus direitos. Muitos têm vergonha e se sentem constrangidos em solicitar esclarecimentos, outros com melhor poder aquisitivo não mostram essa dificuldade. Cabe, então, utilizar os mais diversos meios de comunicação/divulgação, com o propósito de alcançar o público alvo do programa.

Durante esse período de inscrição, a comissão responsável pelo programa fica à disposição dos estudantes/pais ou responsáveis, prestando esclarecimentos e sanando as dúvidas visto que, para muitos, o processo é desconhecido e há limitações para compreender o edital. Vale destacar que é responsabilidade dos interessados a organização da documentação para a inscrição, conforme a estrutura familiar de cada aluno, tal como acompanhar todas as etapas do processo de acordo com o cronograma do edital.

Ressalta-se ainda que a Assistência é para todos os estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos regulares presenciais e que possuam uma situação de vulnerabilidade social, com renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente, do decorrente ano. Além de toda a documentação comprobatória, é obrigatório o preenchimento e entrega do questionário socioeconômico em um envelope lacrado e identificado, para análise da comissão.

Assim, a documentação apresentada deve estar em consonância com o questionário socioeconômico respondido pelo aluno, caso haja inconsistência nos dados

informados, será indeferida a inscrição. Se, ao contrário, todos os dados estiverem coerentes, o candidato ao benefício do programa passará para a próxima fase, a entrevista, realizada pelo profissional de serviço social.

Nesse contexto, faz-se necessário destacar a relevância do questionário socioeconômico, mecanismo delineador para esse estudo, utilizado para classificar os alunos contemplados pela AE, em consonância com o Decreto 7.234/2010 e os indicadores sociais. Esses são, em distintas áreas, inclusive nas políticas públicas, usados na construção de estudos que objetivam conhecer o nível de desenvolvimento social de um grupo, sociedade, país e outros a partir dos dados estatísticos. As variáveis que compõem os indicadores perpassam o critério de renda familiar, inclui-se nível de escolaridade, composição familiar, sexo, gênero, dentre outros, adicionados ao barema, apontam o grau de vulnerabilidade familiar.

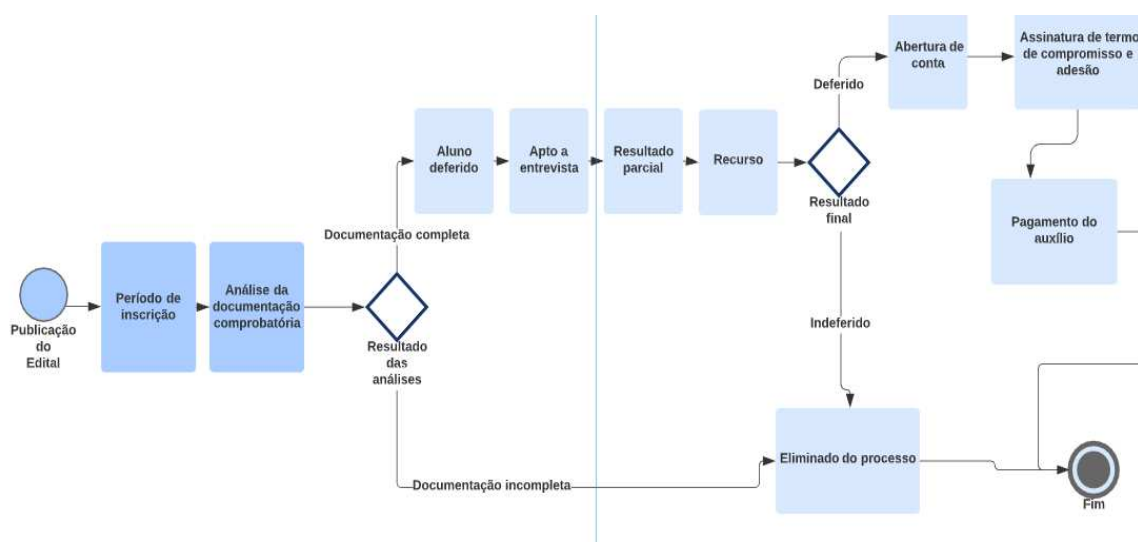
Conforme mencionado, os alunos aprovados na primeira etapa do processo estarão aptos à entrevista, com a finalidade de verificar as especificidades e subjetividades da condição socioeconômica dos mesmos e de seus familiares, dados impossíveis de serem quantificados. Diga-se, a entrevista é atribuição do profissional de Serviço Social, de acordo com a Lei Nº 8.662, de 07 de junho de 1993 retratado no artigo 4º, inciso XI realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto aos órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Concluída essa etapa, o profissional faz mensuração dos dados obtidos dos questionários e das entrevistas, resultando na classificação por ordem decrescente, conforme índice de vulnerabilidade dos estudantes. A concessão do número de auxílios, infelizmente, não é em função da demanda, e sim de acordo com o orçamento anual disponibilizado pela rubrica da Assistência Estudantil. Nesse cenário, se o recurso for insuficiente para atender a todos os alunos que preencherem os critérios de vulnerabilidade, serão classificados em lista de espera, em ordem decrescente, e, à medida em que houver disponibilidade orçamentária, convocam-se os excedentes.

Cabe ressaltar que, a cada etapa do processo seletivo da AE, realiza-se ampla divulgação com total transparência; todos os servidores envolvidos em regime de plantão se disponibilizam para ajudar os estudantes. Isso não os isenta da responsabilidade de ter iniciativa, procurar ajuda nas questões que são pertinentes a seu desempenho escolar. Essa ação de incentivar o aluno a sair de sua zona de conforto é considerada educativa e com certeza contribuirá na sua formação, fortalecendo-o para enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

Ao término do processo, publica-se o resultado final da concessão dos auxílios, então aquele com a situação *deferida* está apto a receber o benefício, condicionado à abertura de conta corrente em nome do aluno, posteriormente, ao preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso e Adesão. Todo o processo pode ser observado no fluxograma (Figura 04) que apresenta graficamente as ações e procedimentos realizados na concessão dos auxílios.

Figura 04 – Fluxograma do processo da Assistência Estudantil



Fonte: elaboração da autora 2020.

A efetividade do AE não termina com o pagamento dos auxílios. Entende-se ser um trabalho contínuo, multidisciplinar por meio do acompanhamento dos estudantes inseridos no programa, através do monitoramento de matrícula, da frequência e também do desenvolvimento acadêmico, biopsicossocial. Todo o processo é feito respeitando as legislações vigentes e garante a isonomia dos direitos e a fidelidade aos documentos analisados.

4 PERFIL DOS DISCENTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG, CAMPUS DIAMANTINA, NO PERÍODO 2016 A 2018

Este trabalho tem como objetivo conhecer o perfil dos discentes atendidos pelos auxílios financeiros do IFNMG, *Campus* Diamantina, no período de 2016 a 2018. Desse modo, neste capítulo estão descritos o percurso para alcançar o objetivo proposto. Optamos por apresentar os instrumentos metodológicos, anterior à apresentação e análise dos dados, com o intuito de demarcar o rigor da coleta dos dados, bem como a análise dos mesmos.

4.1. Procedimento Metodológico

A presente pesquisa tem caráter quanti/qualitativa por pertencer a RSL (revisão sistemática de literatura) por meio da análise documental de cunho exploratória, pois possibilita a consideração dos diversos aspectos relativos ao fato estudado. A escolha por essa estratégia metodológica deve-se ao fato de que combinar técnicas de análise quantitativa com técnicas de análise qualitativa proporciona maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa, evitando-se, assim, o reducionismo por uma só opção de análise (OLIVEIRA, 2012, p. 39).

A escolha do recorte temporal justifica-se em razão do início da política de Assistência Estudantil no *Campus*, vista como uma política de inclusão com finalidade de garantir o acesso e permanência do aluno na instituição educacional com êxito e pelo término do ciclo de estudo de alguns dos cursos que tiveram discentes em situação de vulnerabilidade atendidos com auxílios financeiros. Sendo plausível, vale mencionar o interesse em conhecer o perfil dos alunos atendidos pela Assistência, com o intuito de refletir na efetividade dessa política.

O IFNMG foi o local desse estudo, em virtude de a pesquisadora ser servidora no mesmo, desde julho de 2016, ocupando o cargo de Assistente Social. Dentre suas atribuições compete-lhe a de contribuir na execução da política estudantil do *Campus*. Nesse sentido, surgiu o interesse em conhecer o perfil dos alunos atendidos pela AE, com o intuito de colaborar na efetividade dessa política, e ainda nessa ótica, foi possível inteirar-se, de forma mais profunda, à relação que se estabelece entre a proposta e execução da Política de Assistência Estudantil no *Campus* Diamantina.

A coleta dos dados foi realizada por meio dos documentos disponibilizados com a anuência da instituição pesquisada, sob a guarda da Secretaria de Registros Escolares e do Núcleo de Assuntos Estudantis e Comunitários - NAEC, respeitando os trâmites legais como, por exemplo, aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal dos Vales do

Jequitinhonha e Mucuri. Dessa forma, o levantamento de dados contribuirá para reflexões, conforme aponta Gatti (2012, p. 03):

Epistemologicamente, quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma mensuração dessa grandeza sob certos critérios), e ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, em si, seu significado é restrito. (GATTI, 2012, p. 3).

Trata-se de informações socioeconômicas dos discentes, assistidos pelos auxílios financeiros. Contudo, a pesquisa não identifica nominalmente os sujeitos, somente o quantitativo e suas características por meio dos indicadores sociais, um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2004, p. 15) contidos nos documentos. Os dados foram catalogados em formato de planilhas no Software Microsoft Excel, devido à inexistência de um banco de dados digitais, por parte do *Campus*.

Posteriormente, escolhemos os indicadores socioeconômicos, a fim de elucidar a análise do perfil dos discentes pesquisados. Foram feitas tabelas demonstrativas de cada ano pesquisado, obtendo dados quantitativos inerentes a cada item que depois foram transformados em gráficos. Análise quantitativa daqueles realizada por meio da estatística descritiva, porcentagem e análises tabulares, gráficas e quanti-qualitativas com os embasamentos teóricos que conversam com as políticas públicas educacionais. Nesse método de pesquisa, os dados encontrados embasaram a discussão e compreensão frente aos fenômenos sociais dos sujeitos quanti-qualitativamente, segundo Gatti (2012, p. 05).

Para isso, usamos dados, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa, além da compreensão dos limites das mensurações ou das tematizações e categorizações e seus significados, da noção quanto aos erros de medida e probabilísticos, dos vieses categoriais e das configurações subjetivas. É necessário que esses dados e suas análises sejam colocados em contexto, em dadas circunstâncias ou numa conjuntura, e não tomá-los em si. Isto é o que nos permite dar sentido, construir significados a partir deles. Com essa abordagem quanti-qualitativa, construímos gráficos, resultado dos dados coletados que conduziram discussões no suporte da análise do perfil dos alunos atendidos, conforme demonstração dos estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil.

Entende-se, por meio dessa pesquisa, que o custo/benefício depende unicamente da iniciativa do pesquisador; outro fator, ela pode ser feita concomitantemente ao fato, ou posteriormente. Assim, trabalhar com essa pesquisa, permite ampliar o horizonte de conhecimentos, sustentando a análise de acordo com Bardin (1995, p. 19), é uma técnica de

investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.

Podemos dizer que o perfil dos estudantes ingressos na política estudantil de início é reconhecido por serem oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010). Essas variáveis são superficiais, sendo importante o acréscimo de outras para validar a situação socioeconômica. Assim, reafirmamos a relevância desse estudo, pois em uma política a nível nacional, cada instituição teria suas particularidades e individualidades, tornando impossível obter um mesmo resultado quanto ao perfil dos estudantes atendidos por essa política.

Igualmente, 184 estudantes foram sujeitos dessa pesquisa, com registro de matrícula nos cursos: técnicos em Informática, Meio Ambiente, Teatro e Biotecnologia; e dos Cursos Técnicos Integrados: Meio Ambiente e Informática atendidos pela AE com auxílios de apoio financeiro. Para o subsídio das discussões, recorreremos aos autores que dialogam com o objetivo da pesquisa, permitindo reflexões teóricas que possibilitaram a formação/elaboração de conceitos e possibilidades do estudo. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica contará com o apoio de autores que discorrem sobre as políticas públicas na educação como SOUZA (2006), SANTOS (2017), SILVEIRA (2012), PIANA (2009), BOTO (2005), VALENTE (2014), HOFLING (2001), GELINSKI E SEIBEL (2008), FALEIROS (2004), CARDOSO (2011) e outros. Além disso, utilizamos os documentos impressos, incluindo livros, até mesmo aqueles em formato digital, encontrados em sites de busca.

Nesse mesmo sentido, os documentos oficiais e documentos institucionais como: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; Lei Federal nº 11.982 de 16 de julho de 2009; Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG; Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG, são documentos que regulamentam e norteiam a política educacional e estudantil, adicionados à pesquisa, via internet, sites institucionais /governamentais.

4.2 Apresentação e análise dos dados

Nessa pesquisa, com o fim de conhecer o perfil dos discentes atendidos pela política estudantil do *Campus* Diamantina, considerou-se o total de 359 matrículas homologadas para

o marco temporal pesquisado, com o total de 184 alunos assistidos. A Tabela 1, a seguir, consolida tais dados.

Tabela 1 - Total de estudantes assistidos por curso

CURSO/MODALIDADE	ANO		
	2016	2017	2018
Técnico Concomitante/subsequente em Informática	18	23	19
Técnico Concomitante/subsequente em Meio Ambiente	6	20	10
Técnico Concomitante/subsequente em Teatro	6	12	25
Técnico Integrado em Informática	0	0	16
Técnico Integrado em Meio Ambiente	0	0	15
Técnico Concomitante/subsequente em Biotecnologia	0	0	14
TOTAL	30	55	99

Fonte: elaboração da autora. ANO 2020

Diante da amostra da Tabela, 51% dos alunos matriculados foram assistidos pelo AE, revelando sua importância. Nesse sentido, comungamos com o argumento de Pinto (2015) quando afirma que é uma política inclusiva, na medida em que pode atuar no sentido de ampliar as oportunidades de permanência de grupos historicamente discriminados por questões de cor/raça, por exemplo. No entanto, compreendemos que a AE vai muito além do apoio financeiro, deve ser trabalhada em consonância com os aspectos pedagógicos e psicossociais, perpassando a questão da subsistência material.

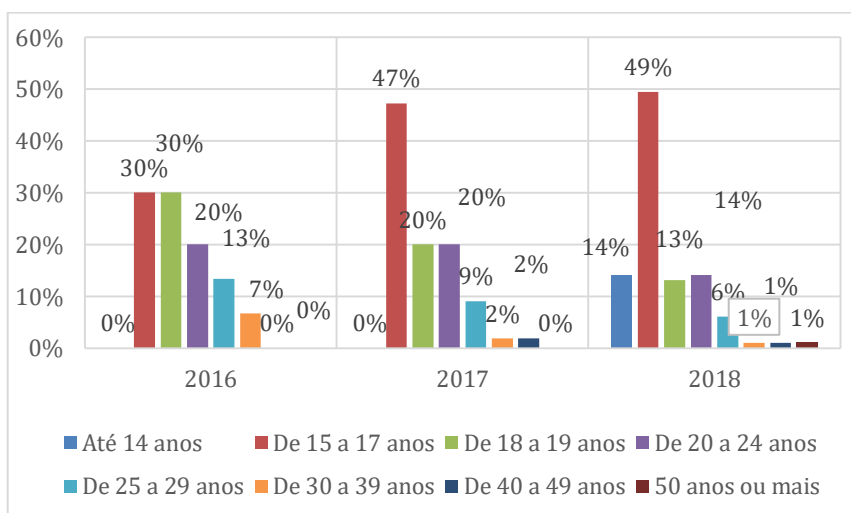
A análise do perfil deu-se através da descrição dos indicadores sociais por meio das variáveis: faixa etária; sexo; escola egressa; nível de escolaridade dos pais; beneficiários do Bolsa Família; renda per capita; manutenção financeira; mudou em função do ingresso; desloca diariamente de outro município ou zona rural; beneficiário do Bolsa Família; sistema de ingresso, a soma desses fatores descreve o grau de vulnerabilidade socioeconômica do discente. Em geral, indicadores são utilizados pelos mais diversos tipos de discursos e interpretações, sejam aquelas provenientes das políticas públicas para a implementação, acompanhamento e avaliação dessas, inclusive na educação.

4.2.1 Características pessoais dos atendidos

a) Faixa etária

A faixa etária é um elemento importante na análise do perfil dos discentes atendidos pela Assistência Estudantil, uma vez que acreditamos que pessoas em faixas etárias diferentes também possuem necessidades com peculiaridades distintas que, por sua vez, implicam em comportamentos diferentes em vários aspectos. Os formulários analisados durante a pesquisa revelam os dados apresentados no Gráfico 1.

Figura 5 – Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

Como pode ser observado no gráfico acima, a maior demanda etária se concentra nas idades de 15 a 17 anos, representando 46%. Contudo, se considerarmos que as necessidades e demandas de pessoas com idade entre 14 a 17 anos, em termos de análise estudantil, pressupõem características muito aproximadas, pelo fato de existir uma dependência financeira de outrem, o que eleva o percentual para 54%. Essa faixa etária remete a uma dependência financeira familiar. Raramente encontramos estudantes que se encontram na faixa etária mencionada com independência financeira.

Ao conhecermos os dados referentes às idades de 18 a 19 anos, que aqui representam 18%, e a faixa etária de 20 a 24 anos, que corresponde a 17%, percebemos um percentual muito aproximado, totalizando 35% da demanda, e inferior à faixa etária de 14 a 17 anos. Atribuímos tudo isso ao decréscimo no atendimento dessas faixas etárias, bem como ao fato de que muitos desses estudantes já ingressaram no mercado de trabalho formal ou não, uma vez que os jovens começam a buscar uma independência financeira.

Dentre os estudantes de 25 a 50 anos ou mais, o percentual é bastante reduzido. Apenas 11% são atendidos no programa. No que confere a essa faixa etária, podemos atribuir

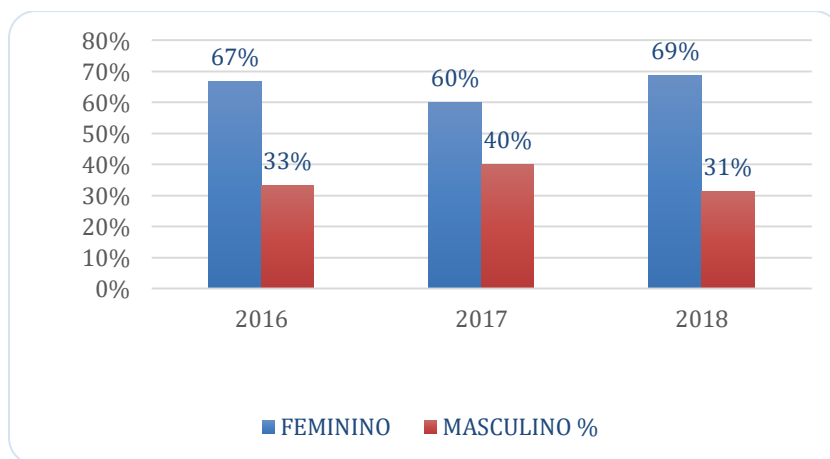
a redução ao fato de ser menor o número de matriculados com tais faixas etárias no ensino médio e, também, pelo fato dessa demanda, na maioria das vezes, já ter condições de um sustento próprio.

Assim sendo, os dados revelam que os estudantes da faixa etária entre 14 a 17 anos são, na maioria, dependentes financeiros da renda familiar, dado que confirma as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018) e reforça a importância da Assistência Estudantil, para manutenção dos alunos nos cursos.

b) Sexo

Seguindo as análises dos formulários, buscamos identificar o sexo dos estudantes que foram contemplados com o programa de Assistência Estudantil, na pesquisa realizada. O sexo é geralmente categorizado como feminino ou masculino, fornece informações suficientes para orientar ações diferentes para cada grupo.

Figura 6 – Gráfico 2 – Sexo



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

De acordo com a IV Pesquisa Nacional sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação, realizada em 2014 (FONAPRACE, 2016), a taxa de participação do sexo feminino é superior à taxa de participação do sexo masculino, estabelecendo-se percentuais de 52,3% e 47,4% respectivamente. E ainda, de acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2015), o número de ingressantes mulheres na educação superior no ano de 2015 é de 53,9%.

Não obstante, outras pesquisas divulgadas por órgãos como a análise Estatística de Gênero (IBGE, 2014) apontam possíveis causas para a predominância das mulheres no

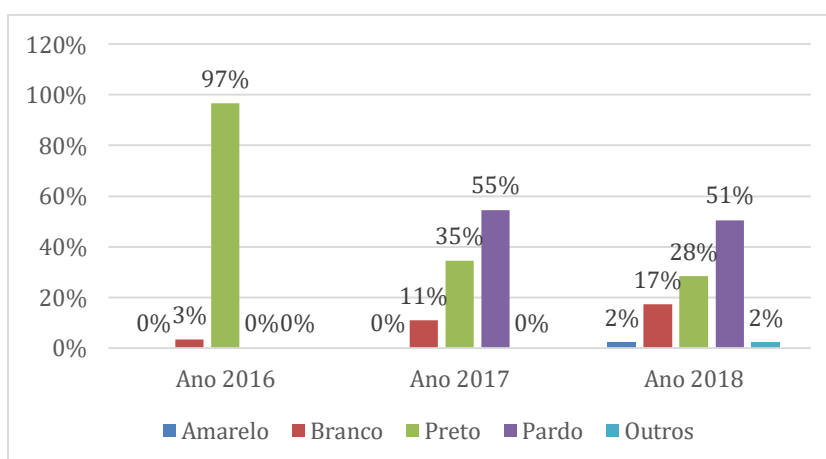
ensino público, tanto em relação ao ingresso quanto à menor permanência do sexo masculino, afirmando que esses precedentes podem ser resultado da entrada precoce de rapazes no mercado de trabalho, o que dificultaria a conciliação entre o emprego e a frequência escolar (BARRETO, 2014, p. 12), ocasionando a ocupação majoritária de mulheres no ensino. Esse contexto e o censo escolar 2018/INEP confirmam a taxa de distorção idade-série mais acentuada entre os meninos.

Conforme demonstrado, os dados referentes ao sexo dos alunos inseridos no programa de Assistência Estudantil reiteraram os dados de outras pesquisas. No INFMG, durante os três anos analisados, identificamos um maior número de mulheres inseridas no programa, nos levando a intuir uma tendência de haver maior probabilidade de permanência de alunos do sexo feminino, o que permite focar ações assistenciais para proporcionar a permanência sobre os alunos do sexo masculino.

c) Cor

Recorrentemente, pesquisas educacionais apontam que no recorte dos indicadores por raça, mostram, de fato, que a cor da pele é uma variável importante também na definição da trajetória escolar, além do gênero. Conforme registrado em reportagem da Folha de S. Paulo (01/09/2019), 4 em cada 10 jovens negros não terminaram o Ensino Médio. Assim sendo, tal categoria inserida na nossa pesquisa busca analisar a relação da presença e permanência dos jovens negros, respaldados pela Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e se foram inseridos no programa de Assistência Estudantil.

Figura 7 – Gráfico 3 – Cor



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

A Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, preconiza no Art. 5º - Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2012).

Ao longo da história foram deixadas às margens, inegavelmente, as oportunidades no acesso aos direitos educacionais, a esse grupo. Isso porque, no universo dessa pesquisa, identificamos que 84% dos assistidos pelo programa de Assistência Estudantil se autodeclararam como pretos e pardos, índice importante para o resgate de uma dívida histórica. Esse dado nos faz compreender a importância dessa política e a necessidade de ser executada em consonância com Assistência Estudantil, no fortalecimento da igualdade de direitos educacionais às classes desfavorecidas.

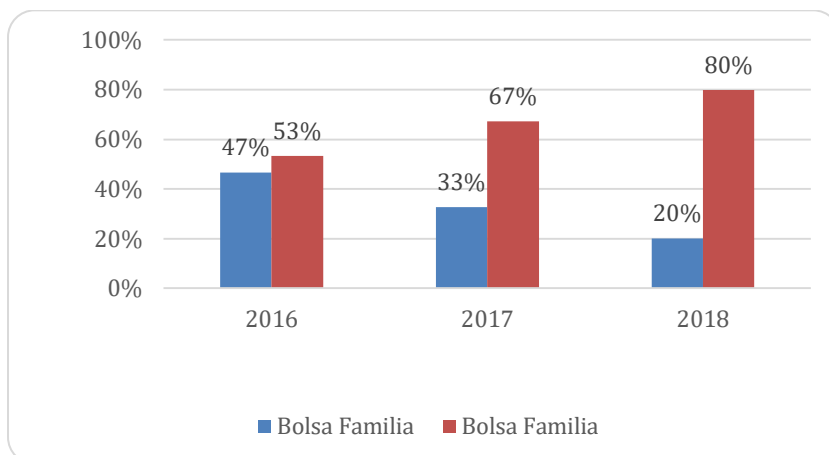
4.2.2 Condições socioeconômicas

a) Beneficiário do Bolsa Família

De acordo com o Ministério da cidadania, o Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Para o Ministério, o aluno atendido pelo Bolsa Família pode receber o auxílio estudantil, desde que atenda aos demais critérios da política. Entende-se, com isso, que a família que recebe esse benefício do governo federal passou por um critério de seleção e comprovou sua situação de extrema pobreza é seu público-alvo:

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento: I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos. (BRASIL, 2004).

Figura 8 – Gráfico 4 – Beneficiários do Bolsa Família



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020

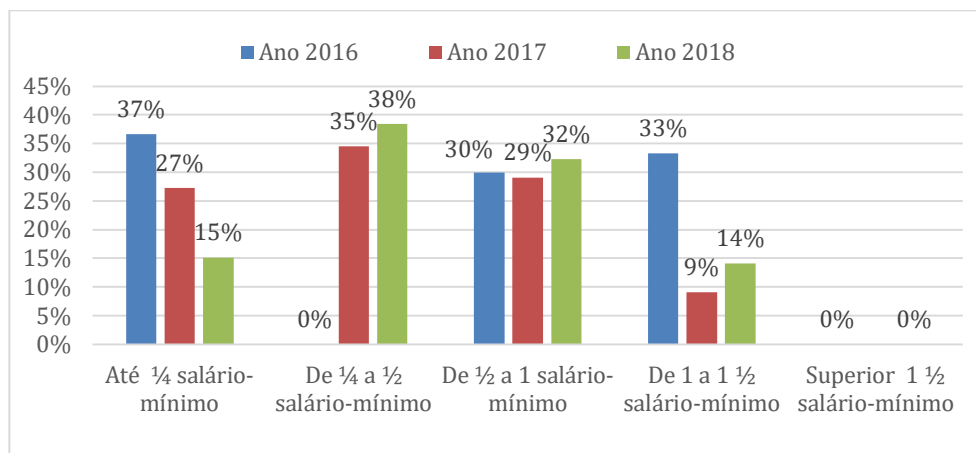
Por meio desse gráfico, identificamos que no período analisado, anualmente, o número de alunos que receberam o Bolsa Família - BF diminuiu ao longo dos anos de uma forma significativa, em 2016 representava 47% e em 2018, apenas 20%. Ao analisarmos o período no geral, 28% dos alunos foram atendidos pelo programa de transferência do governo federal, de toda forma, mostrou um declínio desse público assistido.

Assim sendo, o Programa BF é destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades (BRASIL, 2004), ou seja, em contrapartida a família que recebe e tem indivíduos em idade escolar, deve apresentar frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, caso contrário, tem o benefício suspenso. Percebemos, então, por meio desses dados, que esse programa possui ação que dialoga com a finalidade do PNAES, a permanência do estudante na instituição de ensino.

b) Renda per capita

Renda per capita familiar é a soma da renda individual dos moradores do mesmo domicílio e é calculada dividindo-se o total de renda familiar pelo número de moradores de uma residência. Sendo assim, para ter direito a alguns benefícios concedidos pelo governo, é necessário o cálculo da renda familiar per capita.

Figura 9 – Gráfico 5 – Renda per capita



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

Conforme demonstrado no Gráfico 5, esses dados contribuem na análise do estudo, proporcionando identificar a vulnerabilidade financeira do aluno e a reformulação e gestão de políticas públicas. Nesse caso, a renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio é o critério determinante na execução da política de Assistência Estudantil.

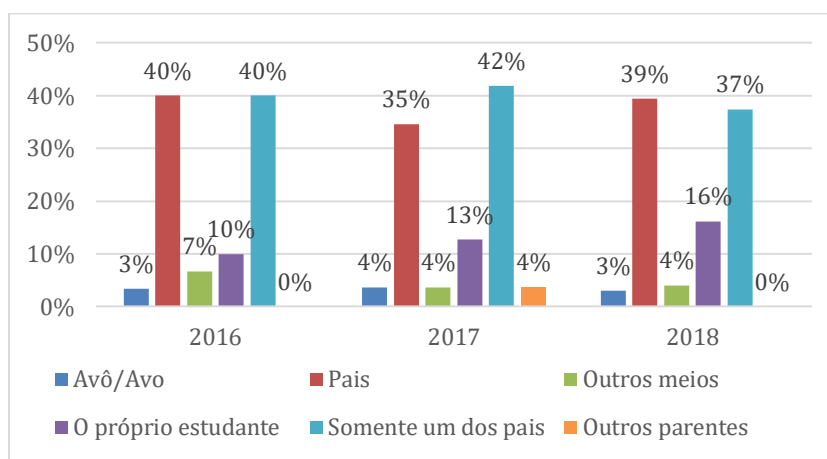
A PNAD Contínua é uma pesquisa domiciliar que, a cada trimestre, capta informações socioeconômicas e demográficas em cerca de 211 mil domicílios, em aproximadamente 16 mil setores censitários, distribuídos em cerca de 3,5 mil municípios. A amostra da pesquisa foi planejada para produzir trimestralmente informações sobre a força de trabalho, associadas a características demográficas e de educação (IBGE, 2018). Nesse sentido, o Gráfico 5, apresentou uma realidade diferente da renda per capita dos alunos em relação à pesquisa do IBGE para todos os anos analisados.

Em relação à renda per capita mensal familiar dos atendidos, foi observado que 53% têm renda per capita inferior a ½ salário-mínimo. Considerando a faixa salarial de até ¼ a 1 salário-mínimo, temos que 84% se encontram nessa situação. Apenas 16% de 1 a 1 ½ salário-mínimo e, como se esperava, não houve alunos atendidos com renda per capita superior a 1 ½ salário-mínimo. A renda per capita é a chave, dentre os instrumentos para análise sobre as condições de vulnerabilidade daqueles estudantes que pleiteiam ser contemplados pelas políticas de assistência, somada a outros indicadores sociais, conforme a realidade de cada *Campus* do IFNMG. E ainda, sobre a renda per capita dos estudantes (por família), foi revelado, em sua maioria, de se encontrarem em situação de pobreza, razão pela qual identificar o percentual de estudantes nessa faixa de renda tem grande importância na pesquisa do perfil dos alunos beneficiários por essa política.

c) Manutenção financeira

A manutenção financeira, ou seja, aquele que possui renda e arca com as despesas do núcleo familiar influencia diretamente na realidade socioeconômica do aluno.

Figura 10 – Gráfico 6 – Manutenção financeira



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

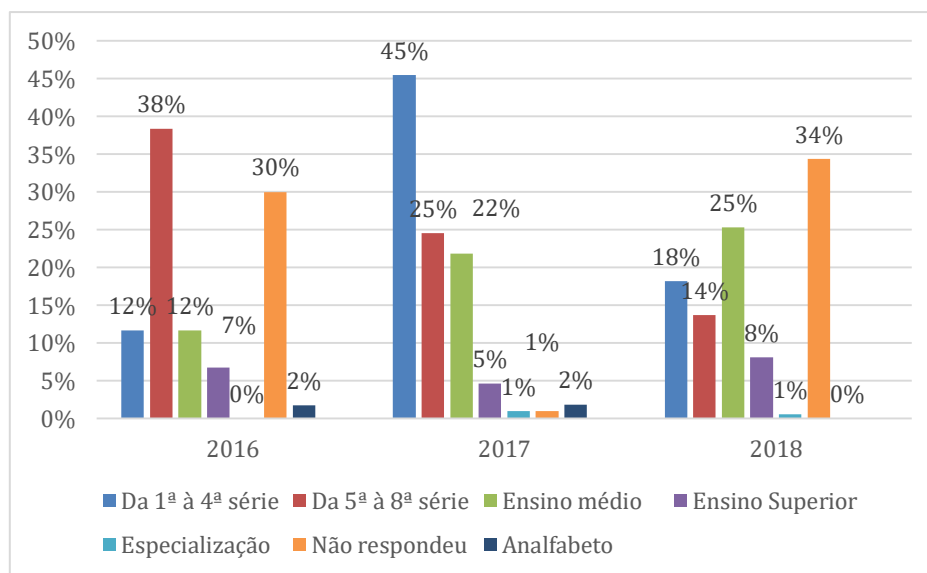
Buscamos mapear as condições de reprodução do grupo familiar. Nesse gráfico, temos que expressivos 39% dos responsáveis financeiros do grupo são representados por *somente um dos pais*, e 38% por *pais*. No geral, esses dados apontam fragilidades financeiras dos estudantes atendidos.

4.2.3 Dados educacionais

a) Nível de escolaridade dos pais

O Vale do Jequitinhonha, infelizmente, por anos conviveu com sérias distorções socioeconômicas que repercutiam no processo educacional. De acordo com Santos, Rodrigues, Pales (2013), os Vales Jequitinhonha/Mucuri apresentavam a maior taxa de analfabetismo se comparada às demais regiões mineiras - 19,4%. Assim sendo, torna-se importante investigar informações inerentes ao nível de escolaridade dos pais dos alunos que participaram da nossa pesquisa, dado esse que diz muito do nível de instrução, podendo refletir no rendimento escolar dos filhos, bem como o nível de escolarização dos pais podem ou não influenciar na formação dos mesmos.

Figura 11 – Gráfico 7 – Nível de escolaridade dos pais



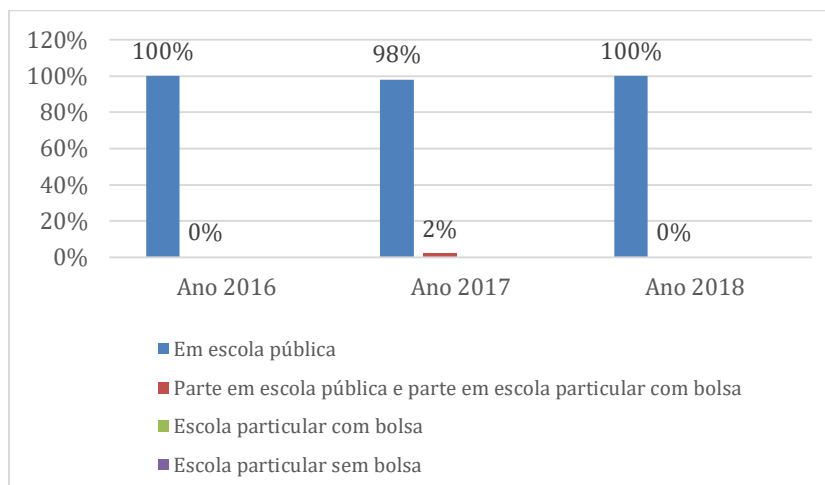
Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

O Gráfico 7, claramente, aponta que 25% dos pais possuem índice de escolaridade da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário), predominante na pesquisa, a soma deste com o índice de escolaridade da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio), resultam em um baixo nível de escolaridade dos pais dos alunos assistidos, 46%. Isso reforça mais uma vez o agravamento da situação socioeconômica dos estudantes em geral, pois o nível de escolaridade reflete no poder aquisitivo da família. Encontramos 24% dos pesquisados que não responderam sobre o nível de escolaridade dos pais, dados esses que podem reafirmar negativamente a condição financeira dos estudantes.

b) Escolas egressas

Ainda de acordo a Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Art. 4º - As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Essa política proporciona a igualdade do acesso à educação corrigindo as injustiças históricas na sociedade brasileira, bem como diminui o impacto da desigualdade social e econômica dessa classe.

Figura 12 – Gráfico 8 – Escola egressa



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

A pesquisa demonstra, em relação aos antecedentes escolares dos assistidos, a importância dessa política inclusiva na vida dos estudantes carentes, proporcionando o acesso e êxito escolar. Praticamente, notou-se que a maioria é egressa de escolas públicas, 98%, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio, como revela o Gráfico 8.

Os antecedentes escolares que buscamos apresentar não descaracterizam o PNAES no que diz respeito a atender prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação (BRASIL, 2010), pelo fato de identificar que 2% cursou escola particular com bolsa. A política tem essa ressalva, prioritariamente, pois caso haja estudante nessa situação, desde que atenda aos demais critérios, inclusive da renda per capita e, constatado que foi beneficiado com bolsa na instituição particular, devido a sua baixa renda, não está excluído dessa política.

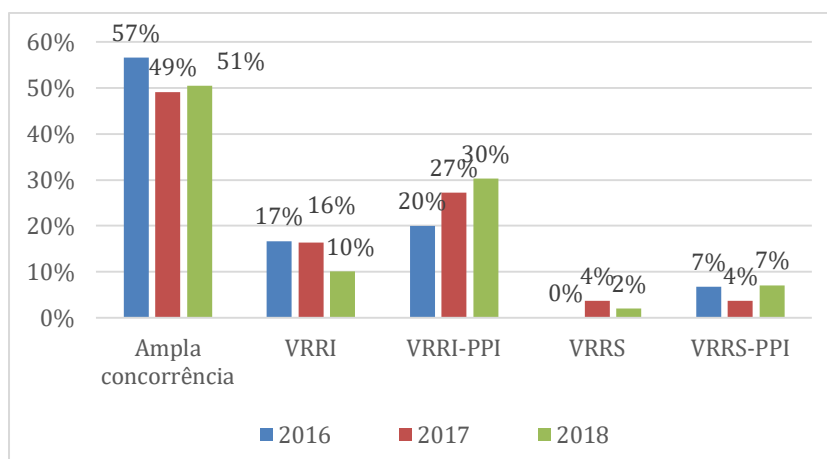
Atribuímos que o alto índice de alunos oriundos de escolas públicas também tem uma estreita relação com a região em que o IFNMG - Diamantina está inserido. Afinal, nos dados estatísticos oficiais, o Vale do Jequitinhonha é tido como região empobrecida se olhado por indicadores oficiais. O PIB, por exemplo, representa apenas 1,4% do estado de Minas Gerais, segundo dados do IBGE de 2018. Por conseguinte, a parcela da população que tem acesso às escolas privadas é bastante reduzida.

c) Sistema de Ingresso

A Assistência Estudantil no IFNMG, *Campus Diamantina*, e a política de ação afirmativa, no contexto da Lei 12.711/2012 se complementam. A primeira visa garantir a

permanência, a segunda proporcionar o acesso, ambas direcionadas para os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Figura 13 – Gráfico 9 – Sistema de Ingresso



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

Ressalta-se que o ingresso no IFNMG por meio de reserva de vagas está previsto na Portaria Normativa nº. 18 de 11 de outubro de 2012, do MEC (dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino) que tratam a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012² e o Decreto nº 7.824 de outubro de 2012. Como se observou, 49% são estudantes que ingressaram no ensino público por meio da política de reserva de vagas para aqueles/as que tenham cursado integralmente o ensino médio e/ou fundamental em escolas públicas, para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, por pessoas com deficiência, assim como procedentes de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio, per capita.

É pertinente destacar que, conforme edital do processo seletivo e vestibular do IFNMG, os estudantes que ingressam pelo sistema de reserva de vagas nas modalidades VRRI e VRRI-PPI, obrigatoriamente, apresentam um rol de documentos para comprovar a renda familiar. No entanto, esse rol não é considerado e ou utilizado quando esses mesmos estudantes se inscrevem no processo de seleção da Assistência Estudantil e os documentos geralmente são semelhantes. Isso comprova que os processos estão desconexos, porém são

²Lei nº 12.711/2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com reserva de vagas estratificadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio (no caso de nível superior) ou fundamental (técnico de nível médio) e em escolas públicas, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita, estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

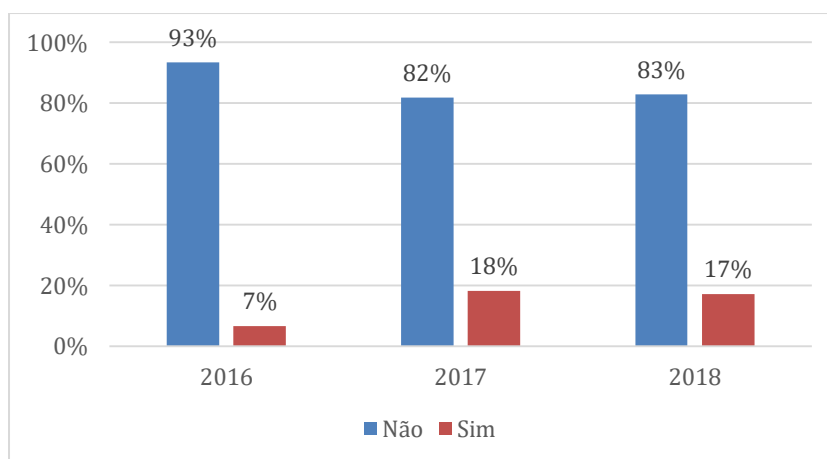
políticas públicas de inclusão trabalhadas de maneira integral, pois as cotas são uma medida benéfica, ajudam quem tem dificuldade de acesso, em geral, devido a fatores econômicos, e a Assistência Estudantil incentiva à permanência e êxito, também àqueles em condições financeiras desfavoráveis.

Destarte, os estudantes atendidos pelas duas políticas estudantis possuem critérios semelhantes de seleção, enquanto o PNAES atende prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010). Nesse contexto, a política de reservas (sistema cotista) de vagas destina-se para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012) e aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita (BRASIL, 2012), no entanto, desconexos.

d) Desloca diariamente de outro município ou zona rural para estudar no *Campus*

O deslocamento da residência até o *Campus*, muitas vezes, incide num custo elevado, tornando-se uma variável que pode estimular a desistência do curso. O Gráfico 10, a seguir, demonstra, claramente, essa informação.

Figura 14 – Gráfico 10 – Desloca diariamente de outro município ou zona rural



Fonte: elaboração da autora 2020.

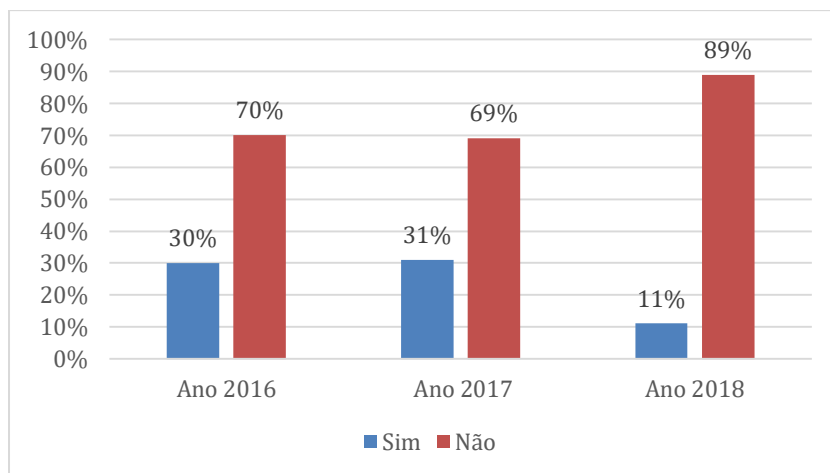
Conforme revela o Gráfico 10, 84% dos alunos residem na cidade sede do *Campus*, enquanto 16% diariamente saem de outro município ou zona rural. Esse cenário apresenta despesas com transporte municipal e/ou intermunicipal e, ainda, indiretamente o cansaço físico, podendo influenciar negativamente no rendimento escolar. Cabe uma atenção sobre

este último, considerando que AE pode e deve propor outras ações que perpassem o recurso financeiro. Nesse sentido, Souza (2017, p, 148) defende também que a AE tem que prezar pelo bem-estar e qualidade de vida do estudante, prevenindo condições de risco, e ações que ajudem a se sentir pertencente ao espaço educacional.

e) Mudou-se em função do ingresso no *Campus*

A expansão da rede federal tem a proposta de interiorização, de fato isso vem acontecendo, porém ainda alguns estudantes têm que deixar seus familiares para conseguir ingressar em uma instituição pública de ensino. Esse dado diz respeito à origem dos alunos. É notório que muitos alunos, em busca de uma educação gratuita e de qualidade, saem da sua cidade natal em busca de uma formação profissional.

Figura 15 – Gráfico 11 – Mudou-se em função do ingresso no Campus



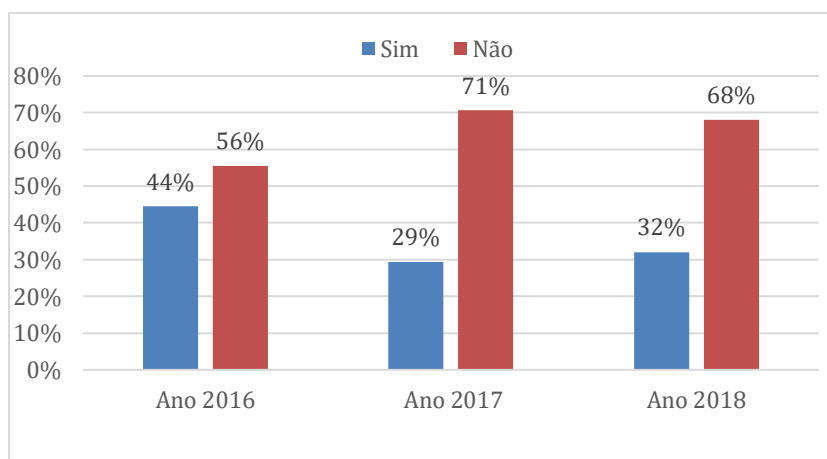
Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

De acordo com o estudo, 28% dos estudantes tiveram que deixar suas residências para conseguir dar sequência no curso, logo, o custo com moradia foi adicionado nas despesas familiares. Em muitos casos, as famílias se sacrificam para conseguir arcar com os custos das despesas escolares na expectativa de êxito escolar, visando um futuro promissor. Assim, corroboro com Pinto (2015, p. 66) a afirmação de que para a conquista da diplomação, tendo em vista os diversos custos com a escolarização universitária, poderão representar um peso no orçamento individual e/ou familiar, e os alunos podem não conseguir corresponder, refletindo na desistência escolar.

f) Mudou em função do ingresso no *Campus* e beneficiário do Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza em todo o país (BRASIL, 2004). O gráfico 12, a seguir, mostra a função do ingresso no *Campus* Diamantina, conforme beneficiário do Bolsa Família.

Figura 16 – Gráfico 12 – Mudou em função do ingresso no Campus Diamantina e beneficiário do Bolsa Família



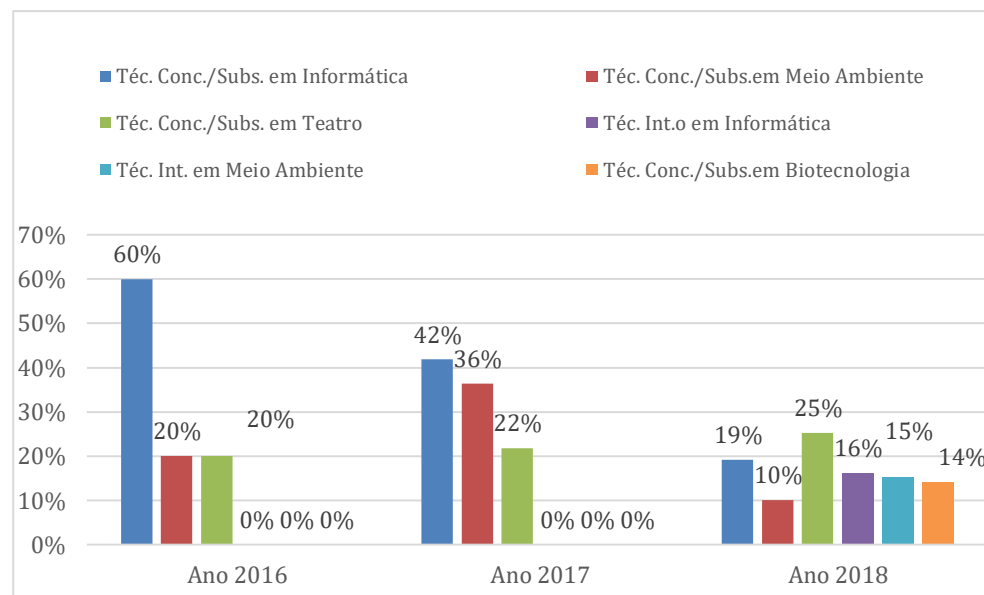
Fonte: elaboração da autora. ANO 2020

Realizando uma análise comparativa entre o estudante que se mudou em função do ingresso no *Campus* (20%) e beneficiário do Bolsa Família, encontra-se este resultado: 28% recebem esse auxílio. A partir dessa análise, compreende-se que os alunos que mudaram para cidade do *Campus* e recebem o Bolsa Família, fazem jus ao auxílio financeiro, pois suas características revelam índice de vulnerabilidade, cabe, portanto, inscrever e apresentar a documentação comprobatória de acordo com sua realidade em consonância aos critérios exigidos.

g) Alunos atendidos por curso

A Assistência Estudantil nos cursos do IFNMG/Diamantina busca auxiliar os estudantes em algumas das diversas necessidades como alimentação, cópia e impressão, itens escolares e uniforme, moradia, e transporte com o objetivo fim de favorecer sua permanência no ambiente escolar/acadêmico. O Gráfico 13, a seguir, evidencia essa informação.

Figura 17 – Gráfico 13 – Alunos atendidos por curso



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

Nesse gráfico, trazemos a distribuição quantitativa por curso dos estudantes beneficiados com os auxílios financeiros da AE, identificamos que, a maioria, 33% são do curso de Técnico Concomitante/Subsequente em Informática. Esse dado traduz que no período pesquisado o curso contava com elevado número de estudantes com maior índice de vulnerabilidade social no âmbito da Assistência Estudantil do *Campus* Diamantina. Tal resultado explica-se pelo fato de ser o primeiro curso ofertado e por possuir alta demanda, conforme:

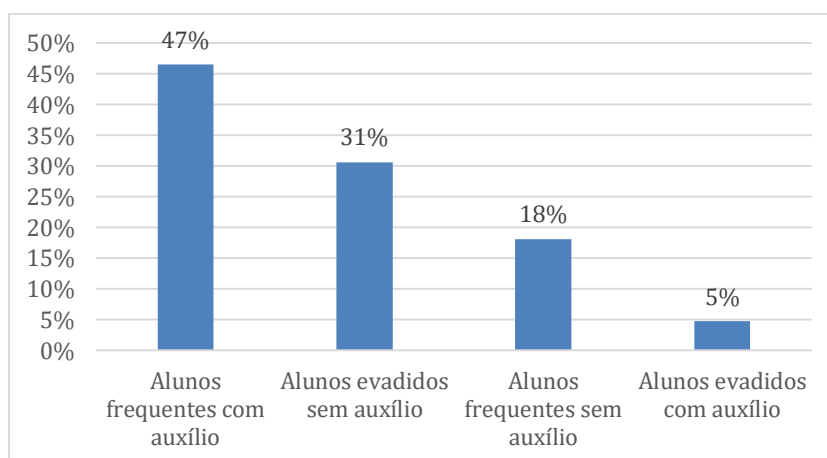
O Curso Técnico em Informática mostra-se um curso muito procurado pela população jovem e adulta, estando entre os cinco cursos técnicos mais votados em pesquisa realizada pelo IFNMG. O interesse pelo Curso Técnico em Informática caracteriza-se pelo desejo de acompanhar as exigências da contemporaneidade no que diz respeito às profissões, ao mercado de trabalho, à boa qualidade de vida, já que todos os espaços do cenário atual e mais especificamente do labor humano estão sendo invadidos pela informática. (IFNMG, 2015).

Em seguida, apresentamos, com 23%, o curso Técnico Concomitante/subsequente em Teatro, 20% o do curso Técnico Concomitante/subsequente em Meio Ambiente, 9% o do curso Técnico Integrado em Informática, 8% o do curso Técnico Integrado em Meio Ambiente e 8% Técnico Concomitante/subsequente em Biotecnologia. Observamos que os cursos na modalidade concomitante/subsequente apresentaram maior demanda à Assistência Estudantil, sendo necessário um acompanhamento a esses estudantes.

h) Alunos atendidos com o auxílio: período 2016 a 2018

Entende-se que a existência de políticas voltadas a minimizar ou combater a evasão, como o PNAES, é necessária. No entanto, deve considerar sua práxis e o alcance dos seus objetivos, que entre outros, está relacionada à redução dos índices de evasão e retenção nas instituições públicas federais (BRASIL, 2010).

Figura 18 – Gráfico 14 – Relação de alunos assistidos X alunos assistidos evadidos



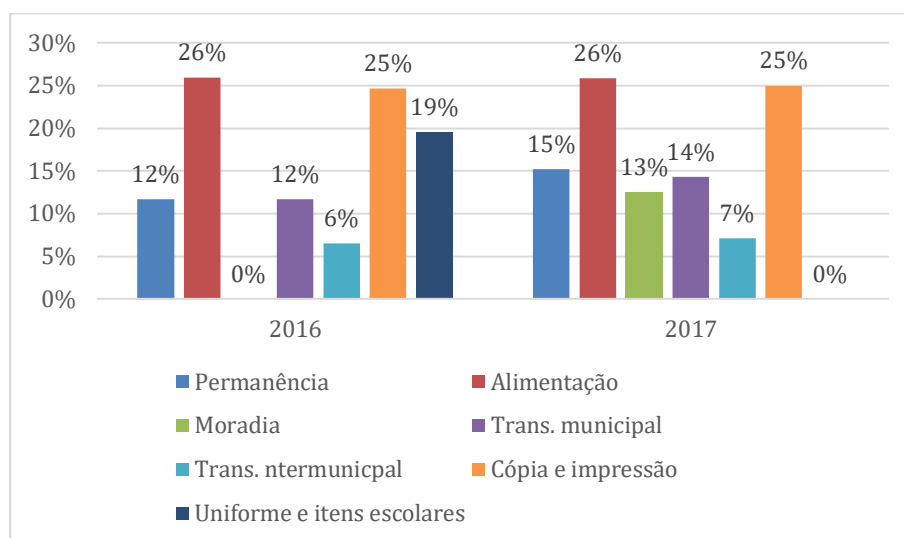
Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

Em relação ao total de estudantes beneficiados, 91% concluíram e ou/deram sequência ao curso, enquanto 9% evadiram. Essa análise é muito importante para propor a elaboração de estratégias específicas visando conter o fenômeno da evasão.

i) Modalidades de auxílios concedidos em 2016 e 2017

O Programa de Assistência Estudantil, *Campus Diamantina*, iniciou com as ofertas dos auxílios nas modalidades: permanência, transporte municipal, transporte intermunicipal, alimentação, moradia, uniforme e itens escolares e cópia e impressão, permaneceram até o ano de 2017, em consonância com o Regulamento do IFNMG dessa política.

Figura 19 – Gráfico 15 – Auxílios concedidos 2016/2017



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

Nessas modalidades de auxílios, é permitido o acúmulo, ou seja, o aluno pode ser contemplado com mais de um auxílio, exceto, para quem for beneficiário com o auxílio permanência. Esse apoio financeiro, com maior valor monetário, é destinado para os estudantes com nível de vulnerabilidade alta. Ainda, em contrapartida, devem apresentar o comprovante de pagamento de aluguel, caso façam jus a essa despesa.

O Gráfico 15 apresenta que o auxílio alimentação teve maior demanda, coincidentemente, 26% nos dois anos. Esse dado pode ser explicado pelo fato de o *Campus* não ter restaurante universitário, enquanto alguns dos outros do IFNMG possuem. Assim, o auxílio foi ofertado em valor monetário, depositado em conta corrente do aluno.

Para o auxílio cópia e impressão, também nos dois anos, o percentual foi igual, 25%, destinado a arcar com as despesas dessa natureza, provenientes das demandas solicitadas pelos docentes.

O auxílio uniforme e itens escolares, 19%, foi ofertado somente em 2016, em 2017 não houve a demanda, pois o *Campus* distribuiu a todos os alunos a camisa institucional.

Os auxílios para transporte municipal e intermunicipal, apresentaram os seguintes percentuais em 2016 (16% e 6%) e 2017 (14% e 7%), respectivamente. Esses são concedidos aos estudantes que demandaram tais despesas para ter acesso ao ensino, por residirem distantes do *Campus*.

O auxílio moradia não foi ofertado no ano de 2016, como consta no Edital nº 386/2016, de acordo com o resultado, por falta de demanda. Ao contrário, em 2017, dentre os

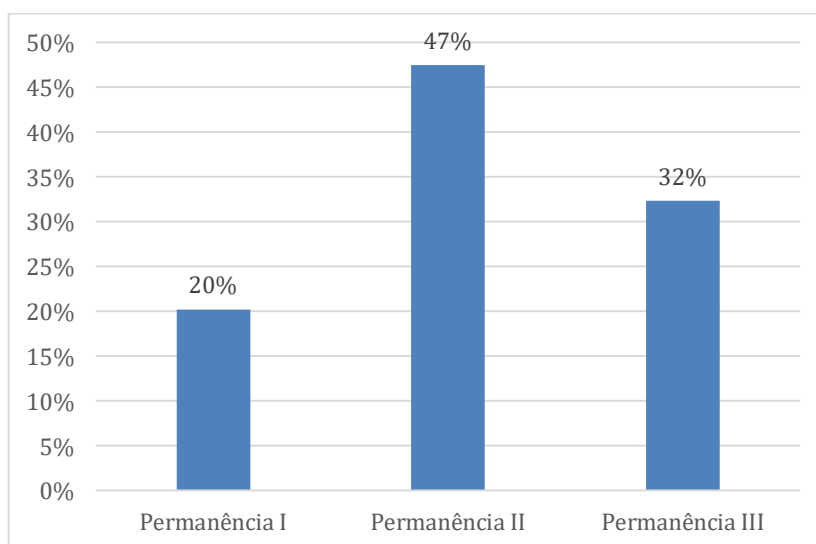
auxílios distribuídos, 13% foram dessa modalidade, pois deveu-se ao aumento de vagas ofertadas pelo *Campus*, tanto que 31% dos alunos assistidos nesse ano tiveram que sair de sua cidade de origem para estudar, como aponta o Gráfico 12. Assim como no auxílio permanência, em contrapartida, o aluno deve apresentar comprovante de pagamento da despesa de aluguel.

Nesse período, 2016 a 2017, foram 85 alunos assistidos pela Assistência Estudantil com o total de 189 auxílios concedidos nas diversas modalidades, como mostra o Gráfico 16.

j) Modalidades de auxílios concedidos em 2018

No ano de 2018, com a atualização do Regulamento da Política Estudantil do IFNMG as modalidades dos auxílios foram alteradas para Permanência I, Permanência II e Permanência III. Essa alteração foi realizada com o propósito de otimizar o processo de concessão dos auxílios, e dá autonomia ao aluno beneficiário para administrar o apoio financeiro no custeio de suas despesas escolares de acordo com sua necessidade. Nessas modalidades, os estudantes não têm contrapartida de prestação de contas do apoio financeiro, ou seja, não precisam apresentar nenhum comprovante que discrimina o destino do recurso recebido. Também não permite o acúmulo de modalidades diferentes. Assim, em 2018, foram concedidos 99 auxílios financeiros a 99 alunos.

Figura 20 – Gráfico 16 – Auxílios concedidos em 2018



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

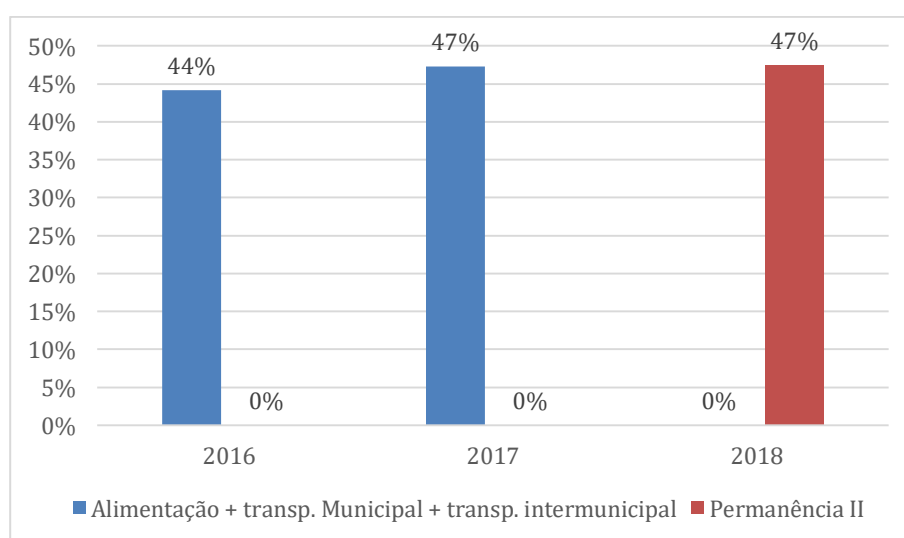
No Gráfico 16 observamos, os estudantes atendidos com o auxílio permanência I, 20% possuíam alto índice de vulnerabilidade, com grande possibilidades de evadir, caso não fossem atendidos com esse. Ainda está dentre as despesas escolares aquela destinada a moradia, ou seja, os alunos residem de aluguel, necessidade daqueles que mudaram para a cidade sede do *Campus* com o ingresso.

O auxílio permanência II teve maior demanda, 47% dos estudantes foram contemplados, apresentaram nível de vulnerabilidade intermediário, ou seja, suas despesas são oriundas de alimentação, transporte e outros, necessitando desse apoio complementar para garantir a permanência no curso.

Em seguida, o auxílio permanência III, 32% com nível de vulnerabilidade baixo, o aluno/família apresenta condições de manter-se no *Campus*, no entanto, atendeu a todos os critérios exigidos no processo da concessão dos auxílios, e fez jus a recebê-lo.

Ao compararmos o Gráfico 16 com o Gráfico 15, percebemos que no quantitativo dos auxílios de permanência II (2018) 47%, com a soma dos auxílios de alimentação, transporte municipal e intermunicipal (2016 e 2017) que atingiram, em média, 46%, apresentam percentuais próximos, como mostra o Gráfico 17.

Figura 21 – Gráfico 17 – Auxílio alimentação + transp. municipal e intermunicipal X Auxílio permanência II



Fonte: elaboração da autora. ANO 2020.

O resultado desses dados mostram que foi positiva a atualização das modalidades dos auxílios quanto à otimização do processo de concessão, praticamente o quantitativo de 2016/2017 com 2018 equivalem.

4.3 Afinal, qual é o perfil dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil?

A análise do perfil dos discentes atendidos pela Assistência Estudantil - AE do *Campus Diamantina*, objeto dessa pesquisa, pressupõe numa perspectiva mais ampla, a possibilidade de revisitar a implantação de políticas públicas educacionais, alinhadas à política de permanência e êxito dos alunos nos cursos matriculados. Há de se destacar que não é suficiente apenas criar as oportunidades de acesso, se não for possível garantir as condições necessárias para que os discentes, prioritariamente, os que pertencem às classes menos favorecidas, consigam permanecer e concluir o curso com sucesso. Para esses estudantes, ingressar numa instituição de ensino gratuito representa um sonho e uma possibilidade real de transformar suas vidas na superação do ciclo da pobreza.

A concepção de sujeito ativo requer da Instituição uma postura que vá além dos paradigmas quantitativos, mas busca-se assumir uma postura crítica e libertadora no sentido de pensar a formação de modo a superar o cumprimento de tarefas mecânicas, o que demanda o atendimento extraclasse, a monitoria, um criativo plano metodológico da recuperação paralela, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, incentivando, ainda, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, e assim, contribuir para a formação crítica, transformadora e cidadã. (IFNMG PDI-2014/2018, 2013).

Nesse contexto, com o intuito de atender as expectativas dos estudantes, ressaltamos a importância da interação das políticas educacionais para a concretude dos sonhos daqueles que almejam os estudos como campo de possibilidades. Assim, conhecer a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, no *Campus Diamantina*, foi importante por permitir analisar o processo de concessão dos auxílios financeiros aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, reconhecemos algumas fragilidades no programa, dentre elas, a burocracia que, por vezes, pode causar morosidade no processo seletivo, implicando na demora do recebimento dos benefícios destinados aos alunos.

No que tange à Política de Assistência Estudantil, destacamos, por hora, que a nossa investigação deteve-se ao recorte de conhecer o perfil dos discentes atendidos pelos auxílios financeiros. Os resultados da pesquisa revelam o crescimento anual do número de

estudantes assistidos pelo PNAES em consonância com os critérios contidos nos editais do processo seletivo de concessão de auxílios financeiros do Programa de Assistência Estudantil, dos discentes do IFNMG, *Campus Diamantina*. Contudo, a pergunta que norteou a pesquisa foi: Mas afinal, qual é o perfil dos discentes assistidos?

Após analisar os dados obtidos através dos documentos oficiais do IFNMG/Diamantina, através de 184 formulários com dados dos discentes, podemos concluir que, no tocante à faixa etária dos sujeitos deste estudo, 53% têm de 14 até 17 anos, logo são totalmente dependentes financeiramente do núcleo familiar. A faixa etária que corresponde a discentes com idades que variam entre 18 a 24 anos também é bastante significativa, correspondendo a 36% o que nos leva a pressupor que muitos desses discentes, pela pouca idade, ainda dependem financeiramente dos pais por não trabalhar ou, quando muito, estarem no início de carreira, o que, na maioria das vezes, implica em salários muito baixos, principalmente por ocupar o chamado mercado informal de trabalho. Embora o percentual de alunos assistidos com mais de 25 seja o menor apresentado, a justificativa da inserção desses alunos com idade mais avançada comparada às anteriores, pode ser atribuída à falta de emprego, característica bastante recorrente na região de Diamantina/ MG.

A pesquisa também nos revela um maior percentual de mulheres assistidas pelo PNAES, dado este que reforça os apresentados pelo IBGE/2014, os quais nos levam a intuir que os homens tendem a entrar mais cedo no mercado de trabalho. Percebemos ainda que o apoio financeiro aos discentes do sexo feminino continua crescendo, em 2016, esse público representava 67%, em 2018 representava 69% do total.

No que se refere aos dados relativos à escolaridade dos pais, identifica-se que o nível é muito baixo, 47% possuem apenas até o Ensino Fundamental. Assim, a pouca escolaridade dos pais pode justificar a baixa renda familiar dos estudantes, pelo fato de que, inegavelmente, existe grande relação entre escolaridade e possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Ainda, no que confere à escolaridade, há de se ressaltar que 98% dos discentes assistidos pelo AE, são oriundos de escolas públicas e que a representação dos 2% vêm de escola privada, através de bolsa de estudos. Tais dados podem reforçar a fragilidade econômica das famílias dos discentes.

Na mesma direção, a renda mensal familiar dos discentes mostra que 53% têm renda per capita inferior a meio salário mínimo. E 28% dos alunos assistidos possuem um complemento de renda, o Bolsa Família, programa do governo federal de transferência de renda às famílias com baixo índice de vulnerabilidade social. Quanto ao ingresso dos

discentes pesquisados no IFNMG, ficou constatado que 49% ocorreu pelo sistema de cotas, vinculado à integralidade do ensino médio em escolas públicas com renda bruta familiar por pessoa igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e ao autodeclararem pretos, pardos e indígenas.

Um dado relevante verificado no perfil dos discentes se refere ao fato de 53% dos alunos terem apenas um membro como mantenedor da família. O chamado arrimo de família. A pesquisa identifica ainda que a maioria dos discentes assistidos está matriculada nos cursos técnicos em Informática, técnicos em meio ambiente e técnicos em teatro.

É relevante destacar, que pela ausência de dados consistentes, não foi possível afirmar de forma categórica se os alunos assistidos obtiveram êxito no curso, sendo assim, mais pesquisas nessa área com aprimoramento dos dados estatísticos do *Campus Diamantina* serão bem-vindas. Acreditamos, com base nesses resultados, que as políticas estudantis representam uma importante iniciativa no combate às vulnerabilidades sociais que impedem a fruição do direito à educação.

Diante dos dados apresentados, temos que o perfil dos estudantes atendidos com os auxílios financeiros do *Campus Diamantina*, período 2016 a 2018, possuem condições socioeconômicas frágeis, financeiramente dependem dos pais ou responsável legal, na maioria por serem menor de idade e sustentados por somente um dos pais. Ainda, a renda per capita familiar é igual ou menor que meio salário mínimo, 53%, indo de encontro com o critério norteador da política no requisito de renda.

Nesse cenário, o *Campus Diamantina*, por meio da Assistência Estudantil, beneficiou 51% dos estudantes matriculados. Enquanto, se compararmos ao IFNMG *Campus Januária*, baseado no estudo de Silva (2020), revelou que apenas ¼ do alunado geral matriculado nesse *Campus* foi assistido pelo PNAES. Esses dados confirmam a existência de particularidade dos *Campi* na aplicabilidade dessa política. Contudo, ambos buscam exercer sua função, garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento norteador na construção e resgate da cidadania e da transformação social.

Estudos como esse vêm ampliando a relevância na consolidação das políticas públicas, ao apontarem a importância de conhecer o processo de implantação, conforme explica Souza (2007) capaz de orientar os governos nas suas decisões e entender como e por que os governos optam por determinadas ações, orienta as discussões e tomadas de decisões

com finalidade de atingir seu propósito, incluído as sociais. Essas, por sua vez, em constantes aperfeiçoamentos, buscam a efetivação da promessa da universalização dos direitos sociais, políticos e civis (PIANA, 2009, p. 54), dentre eles, o direito à educação pública.

Essa pesquisa tem por fim conhecer o perfil do aluno, assim proporciona a análise e reformulação da política em busca de atender os anseios e necessidades dos seus sujeitos, no intuito de almejar a igualdade, acesso e permanência, fundamentais no contexto da dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e assim viabilizar aos estudantes a conclusão de seus cursos agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Estudantil deve ser implementada respeitando e considerando as particularidades e necessidades estudantis baseada na realidade local e regional do *Campus*. Apesar do desmonte, o desfinanciamento e a seletividade se constituíram como marcas que caracterizam as políticas sociais em tempos de crises contínuas do capital, reafirmamos a importância de defender as ações que buscam a democratização do acesso e permanência na educação.

O objetivo deste estudo foi conhecer o perfil dos discentes atendidos pelos auxílios financeiros do *Campus* Diamantina, no período de 2016 a 2018, por meio do mapeamento dos indicadores socioeconômicos. Percebe-se, dessa forma, que a política de assistência estudantil na educação brasileira se apresenta como parte da política educacional e não está dissociada do conjunto das demais políticas sociais contemporâneas.

Ressalta-se a importância do estudo como meio de sistematização e investigação da execução do PNAES. O estudo aponta para a importância e necessidade constante da avaliação das políticas sociais, programas e projetos não apenas no âmbito da eficiência e eficácia, mas de suas inúmeras determinações sociais, políticas e culturais. Além de constituir-se em registro para o *Campus* Diamantina, espera-se que possa contribuir para a produção de novos conhecimentos acerca das políticas sociais, principalmente a Assistência Estudantil.

Por meio de uma análise do perfil dos discentes, ficou evidente um processo bastante acentuado de focalização das ações em públicos cada vez mais empobrecidos, prioritariamente, estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, em geral com situação socioeconômica compatível com programa de transferência de renda, o Bolsa Família.

Os estudantes atendidos com o apoio financeiro no IFNMG, *Campus* Diamantina são, em sua maioria, jovens, de famílias pobres, com renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo, pardos e pretos, oriundos de escolas públicas. Segundo os dados apresentados, o maior número de estudantes em vulnerabilidade social está no curso Técnico Concomitante/Subsequente em Informática.

Por outro lado, é apresentada na pesquisa a informação que há o crescimento anual do número de estudantes assistidos pelo PNAES em consonância com os critérios

contidos nos editais do processo seletivo de concessão de auxílios financeiros do Programa de Assistência Estudantil Apoio aos Estudantes do *Campus* Diamantina. Ainda, o *Campus*, em observância ao total de alunos matriculados, assistiu a 51%, esse dado nos mostra que a Instituição está caminhando rumo a sua finalidade, oferta de educação pública profissional e tecnológica àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade social, proporcionando o acesso e permanência por meio do apoio financeiro, minimizando os índices de evasão.

Entretanto, a atual conjuntura político-financeira do país tem enfraquecido as ações, principalmente dos Institutos Federais, como congelamento/cortes dos recursos financeiros trazendo incertezas quanto à continuidade ou não, de políticas como essa.

Contudo, percebemos que a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFNMG *Campus* Diamantina, tem um impacto positivo para a permanência dos alunos carentes atendidos, diante do baixo índice de evasão. Espera-se então com esse estudo, trazer novas reflexões sobre essa política, instigando possíveis outras pesquisas nessa linha, que somem na construção de novas metodologias para a efetivação de uma educação inclusiva.

Por fim, esperamos que a presente pesquisa contribua para o desenvolvimento de uma prática de acompanhamento e avaliação da política de Assistência Estudantil no IFNMG, *Campus* Diamantina, no sentido de aprimorar e ampliar as ações propostas por essa política, do forma a possibilitar um bom desempenho acadêmico dos estudantes e a redução dos índices de evasão, uma vez que os resultados demonstraram a importância da política para a permanência dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABEPSS; CFESS. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 108 Out/Dez. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ARAÚJO, M. P. N. (2007). **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BARBOSA, R. D. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDIN, L. 1995. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BARRETO, A. **A mulher no ensino superior - distribuição e representatividade**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 2014.

BOTO, C. **A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos**. Educação e Sociedade [online], V. 26, n. 92, p.777-798, out -2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a04.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm#:~:text=Constitui%C3%A7%C3%A3o34&text=Art%201%C2%BA%20%2D%20A%20Na%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,15%20de%20novembro%20de%201889. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. DF, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010**. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em:

19 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2011.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. DF, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº.9394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 set. 2020.

BUSSO, G. (2005). **Pobreza, exclusión y vulnerabilidad social: usos, limitaciones y potencialidades para el diseño de políticas de desarrollo y de población.** Santiago do Chile, Cepal/Celade. Disponível em: <http://www.redaepa.org.ar/jornadas/viii/AEPA/B10/Busso,%20Gustavo.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

CARDOSO, V. C. C. **O perfil dos estudantes universitários brasileiros: sua construção histórica no fórum nacional de pró-reitores de assuntos estudantis.** In: 4º Simpósio Mineiro De Assistentes Sociais '80 anos de Serviço Social - Tendências e Desafios', 2016, Belo Horizonte. Conjunto de trabalhos virtuais, 2016. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1982919/vanessa-cristina-de-carvalho-cardoso>. Acesso em: 19 set. 2020.

CASTEL, R. (1997). **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”.** Cadernos Centro de Recursos Humanos–CRH. Salvador, n. 26, pp. 19-40.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução CNAS nº. 145 de 15 de outubro de 2004.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101000>. Acesso em: 19 set. 2020.

DIEESE (2007). **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social. Projeto de qualificação social para atuação de sujeitos ou grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de políticas públicas.** Disponível em: http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social.** Editora Brasiliense, 2004 – (Coleção primeiros passos, 168).

GATTI, Bernadete A. **Abordagens quantitativas e a pesquisa educacional.** Seminário IME.

USP, São Paulo, maio de 2012. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~marcos/Bernadete25052012.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Revista de Ciências Humanas, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

Gil, A. C.. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HOFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES [online]. 2001, vol. 21, n. 55, pp. 30-41. ISSN 1678-7110. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 1 out. 2020.

IFNMG, Campus Almenara. **Projeto Pedagógico: Curso Técnico em Agropecuária-Concomitante/Subsequente, 2011**. Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/ensino-alm/setor-pedagogico>. Acesso em: 15 set. 2020.

IFNMG. **Campus Diamantina realiza aula inaugural**. Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/noticias-dia/noticias-2015/9685-ifnmg-campus-diamantina-realiza-aula-inaugural>. Acesso em: 19 nov. 2019.

IFNMG. Campus Diamantina. **Cursos Ofertados**. Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/diamantina-cursos/cursos-tecnicos>. Acesso em: 03 set. 2020.

IFNMG. Campus Diamantina. **Planos de Curso**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/diamantina-cursos/cursos-tecnicos>. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. **Conheça os cursos técnicos e superiores para o Câmpus Diamantina apresentados na 2ª Audiência Pública**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/noticias-rei/noticias-2015/9425-conheca-os-cursos-tecnicos-para-o-campus-diamantina-apresentados-na-2-audiencia-publica-2>. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. **Parcerias estratégicas**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-diamantina/155-diamantina-noticias-2014/8205-ifnmg-dialoga-com-a-sociedade-diamantinense-sobre-a-implantacao-de-novo-campus-em-historica-audiencia-publica>. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-portal/108-portal-noticias-2013/5891-rumos-definidos-para-os-proximos-cinco-anos>. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. Portaria nº 0843, de 03 de novembro de 2014. **Designa servidores para constituírem a comissão responsável por articular, viabilizar, apoiar e planejar as ações, eventos e etapas para implantação das atividades de ensino no Câmpus Diamantina do IFNMG**. Montes Claros, 2014. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/docs-portarias/2014-portariasr>. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. **Portaria nº 969, de 04 de dezembro de 2014**. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=20&data=05/12/2014>. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil**. Disponível em:

www.ifnmg.edu.br. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Disponível em: http://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=14742. Acesso em: 14 out. 2019.

IFNMG. Resolução nº 02/2014 de 27 de março de 2014. **Aprova o Regulamento das Ações Afirmativas para ingresso à Educação Profissional e Tecnológica do IFNMG**. Disponível em: www.ifnmg.edu.br. Acesso em: 14 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25885-11-8-dos-jovens-com-menores-rendimentos-abandonaram-a-escola-sem-concluir-a-educacao-basica-em-2018>. Acesso em: 04 abr. 2020.

IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Brasília: Fonaprace, 291 p. 2014. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

JANNUZZI, P. M.. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

LAVINAS, L. (2002). **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pp. 25-59.

Lei Municipal nº. 3.837, de 27 de dezembro de 2013. Autoriza o município de Diamantina a doar ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG área de terreno para os fins que especifica e dá outras providências. Disponível em: http://www.camaradiamantina.cam.mg.gov.br/pdf_lei/0000503_lo_lei_ordinaria_3837_2013.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O Serviço Social na Assistência Estudantil: Reflexões acerca da dimensão político – pedagógica da profissão**. FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares, UFU, s/v. n, p. 167-179, outubro 2012.

OLIVEIRA, C.. **Pesquisa do IBGE mostra que educação brasileira ainda não é para todos**. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/06/2019/pesquisa-do-ibge-mostra-que-educacao-brasileira-ainda-nao-e-para-todos>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PAZ, F. **Assistência, assistencialismo ou oportunismo estudantil?** FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Minas Gerais: UFU-MG, p. 192-195, 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

PIANA, M. C. (2009). **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. In A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acesso

em: 04 abr. 2020.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PINTO, A. P. **Acesso e permanência no ensino superior público em Mato Grosso – intenções de pesquisa crítica à decantada democratização da educação brasileira**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social-ENPESS, 2012, Juiz de Fora. Política Social e Serviço Social – Ênfase na Política da Educação. Juiz de Fora: ENPESS, 2012b.

PINTO, C. C.; DAVID, M. V.; MACHADO, C.S. **A Política de Assistência Estudantil no Brasil: o caso da universidade federal de Juiz de Fora**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136109>. Acesso em: 06 abr. 2020.

PINTO, G. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil**. 2015, Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=85843>. Acesso em: 6 fev. 2019.

POGGERE, B. G. F. A. **Assistência Estudantil, para quem?** FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Minas Gerais: UFU-MG, p. 192-195, 2012. Disponível em: http://cac.php.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/docs/edicao_atual/Arroyo_Poggere.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

ROSA, C. M.; SANT' ANNA, S. M. L.; STRAMARE, O. A. **Sentidos de qualidade: vozes de professores e estudantes egressos da EJA no ensino superior**. Revista de Educação Pública, [S.l.], v. 28, n. 67, p. 15-37, dec. 2018. ISSN 2238-2097. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7038>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS, B. S.; NASCIMENTO, N. F.; LIMA, A. C. S.; VASCONCELOS, A. L. F. S. **Políticas Públicas: Ações Afirmativas Para Permanência no Ensino Superior**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97838>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97838>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS, W. A. M.. **Política de Assistência Estudantil: um estudo sobre o Programa Bolsa Permanência e os primeiros beneficiários indígenas e quilombolas no IFNMG – Campus Januária**. 2017. 139 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1634>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SILVA, W. R. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Um estudo do perfil socioeconômico dos**

seus assistidos no IFNMG Campus Januária. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 5. Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVAS, J. A; LIMA, M. C. N.. **O papel dos programas e Assistência Estudantil no contexto da expansão de direitos e da democratização das universidades públicas brasileiras.** FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Minas Gerais: UFU-MG, p. 192-195, 2012.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20 a 45 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SOUZA, C.. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz (2007): 65-86.

SOUZA, C.. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2789>. Acesso em: 17 jul. 2020.

VALENTE, P. P.. **Políticas Públicas de Reserva de Vagas no IFRS: um estudo sobre as ações afirmativas para a garantia do direito à Educação Básica.** X ANPED SUL – A Pesquisa em Educação na região Sul: percursos e tendências. SC: UDESC/Florianópolis, 26 a 29 de outubro de 2014.

VASCONCELOS, N.. Programa Nacional de Assistência Estudantil: **uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 15 jul. 2020.

XAVIER, RIBEIRO, NORONHA. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: a escola no Brasil.** São Paulo, SP: FTD. 1994.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO AOS ESTUDANTES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
RUA DA GLÓRIA, 187 – CENTRO – CAMPUS DIAMANTINA

ANEXO I

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

1. Preencha com X as lacunas abaixo de acordo com o(s) auxílio(s) a que deseja e pode concorrer (pode ser assinalado mais de uma resposta):

- () Auxílio Permanência I
 () Auxílio Permanência II
 () Auxílio Permanência III

2. Da Identificação:

Nome completo: _____
 CPF: _____ RG: _____
 Curso/Turma _____
 E-E-EMAIL _____ Tel: _____
 Série: _____ Período: _____ Módulo _____
 Data de nascimento ____ / ____ / ____ Gênero: () Feminino () Masculino
 Endereço do estudante: _____
 Bairro _____ Cidade _____ UF: _____
 CEP _____ Telefone dos pais: _____
 Endereço dos Pais/responsável legal: _____

Estado civil: _____ Nº de filhos, se tiver: _____
 Qual a sua cor? () Amarelo () Branco () Preto () Pardo
 Você se considera de qual raça? Negro () Indígena () caucasiano/branco () outros ()

3. Período do curso: () Integral () Turno único

4. Aluno com deficiência: 1-()SIM 2-()NÃO Se sim, qual? _____

5. Possui doença crônica ? 1-()SIM 2-()NÃO Se sim, qual? _____

6. Deficiência na família: 1 ()SIM 2- ()NÃO Se sim, qual? _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
RUA DA GLÓRIA, 187 – CENTRO – CAMPUS DIAMANTINA

7. Você ou algum membro de sua família faz uso de medicamento de uso contínuo? ()

Sim () Não Se sim, qual? _____

8. Responda as próximas questões, marcando apenas um X na opção que melhor se encaixa à sua situação:

Questão 8.1.1: Além do candidato, algum membro da família esta concorrendo aos auxílios?

- () Sim. Citar nome(s): _____
 () Não.

Questão 8.1.2: Quantas dependências que você possui?

- () até 02 dependências
 () mais de 02 dependências
 () nenhuma dependência

Questão 8.1.3: Onde você concluiu o Ensino Fundamental?

- () Em escola pública
 () Parte em escola pública e parte em escola particular com bolsa
 () Escola particular com bolsa
 () Escola particular sem bolsa

Questão 8.1.4: Onde você concluiu o Ensino Médio?

- () Em escola pública
 () Parte em escola pública e parte em particular com bolsa
 () Escola particular com bolsa
 () Escola particular sem bolsa
 () Somente concluiu o ensino fundamental

Questão 8.1.5: Condição de manutenção, possui arrimo de família? () Sim () Não, qual situação abaixo representa a sua condição?

- () Eu me sustento
 () Sustentado pelos meus pais
 () Sustentado por somente um dos pais. Qual?

 () Sustentado por avô/avó



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
RUA DA GLÓRIA, 187 – CENTRO – CAMPUS DIAMANTINA

() Sustentado por outros parentes. Qual parentesco?

() Outros meios. Quais? _____

Questão 8.1.6: No momento, você mora?

() Sozinho () Com os pais () Com os avós

() Somente com um dos pais () Em casa de familiares/amigos

() República () Pensão () com esposo(a) e/ou filhos () Outro _____

Questão 9: Quadro Familiar

Abaixo deverão ser lançados dados sobre sua família de origem. INCLUSIVE VOCÊ.

Membro da família(1º nome)	Idade	Escolaridade	Parentesco	Profissão	Ocupação (o que faz)	Renda mensal (valor bruto mensal)
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						
10.						
11.						
Renda bruta total da família: R\$:			Renda per capita: R\$:			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
RUA DA GLÓRIA, 187 – CENTRO – CAMPUS DIAMANTINA

Obs.: Considera-se membro da família para efeito desse edital, pessoas relacionadas pelos seguintes graus de parentesco (consideradas a partir do candidato): mãe, madrasta, pai, padrasto, cônjuge, companheiro(a), filho(a), enteado(a), irmão/irmã, avô/avó, que usufruam da mesma renda.

10. Renda per capita: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa, de acordo com o quadro acima.)

- () até 238,50 reais mensais ($\frac{1}{4}$ salário mínimo)
- () de 238,50 a 477,00 reais mensais ($\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo)
- () de 477,00 a 954,00 reais mensais ($\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo)
- () De 954,00 a 1.431,00 reais mensais (1 a 1 $\frac{1}{2}$ salário mínimo)
- () Superior a 1.431,00 reais mensais (1 $\frac{1}{2}$ Salário mínimo).

10.1. OUTRAS RENDAS RECEBIDAS PELA FAMÍLIA:

Aluguel(is) R\$ _____

Pensão por morte R\$ _____

Pensão alimentícia R\$ _____

Ajuda de terceiros R\$ _____

Outros. Qual? R\$ _____

Questão 11. Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais, tais como Bolsa Família, BPC, entre outros?

() Sim Qual? _____ Valor R\$: _____ () Não

Nº do NIS do responsável pelo benefício: _____

Questão 12. Vc reside em imóvel:

- () Alugado. Valor do aluguel R\$ _____ () Próprio. Já quitado
- () Próprio. Por herança () Financiado. Valor da prestação? R\$ _____
- () Emprestado ou cedido. Por quem _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
RUA DA GLÓRIA, 187 – CENTRO – CAMPUS DIAMANTINA

() Outra situação. Qual: _____

Questão 12.1.1. Você reside: () Zona Urbana () Zona Rural.

Questão 12.1.2. A sua família reside: () Zona Urbana () Zona Rural

Questão 12.1.3. Mudou-se em função do ingresso no IFNMG? () Sim () Não

Questão 12.1.4. Caso tenha procedência de zona rural, ou outro município, você realiza deslocamento diário para o Campus tendo um dos pontos de partida supracitados?
 () Sim () Não

Questão 13: Marque as características que melhor descrevem a casa da sua família:

() Residência com acabamento
 () Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.)
 () Rede de Esgoto () Fossa () Banheiro () Chuveiro () Água () Luz
 COBERTURA: () Laje () Telha () Outros
 PISO: () Cimento () Taco () Cerâmica () Outros
 NÚMERO DE CÔMODOS: _____

Questão 14: A família possui outros imóveis além do que habita?

() Não
 () Terreno/Lote, quantos? _____
 () Ponto de Comércio de aluguel, quantos? _____
 () Casa/Apartamento, quantos? _____
 () Chácara/Sítio? Quantos? _____
 () Fazenda, quantos? _____

Questão 15: Marque a situação abaixo com relação à transporte próprio de sua família?

() Não possui () carro, quantos? _____ () moto, quantas? _____ () Caminhão, quantos? _____

Questão 16. Despesas familiares

1) Água	R\$: _____
---------	------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
RUA DA GLÓRIA, 187 – CENTRO – CAMPUS DIAMANTINA

2) Luz	R\$:
3) Telefone	R\$:
4) Condomínio	R\$:
5) Mensalidades escolares/faculdades	R\$:
6) Alimentação	R\$:
7) Saúde/Medicamentos	R\$:
8) Transporte	R\$:
9) Aluguel	R\$:
10) Financiamentos, consórcio	R\$:
11) Funcionários	R\$:
12) Outros	R\$:
13) Outros (especificar)	R\$:
14) Outros (especificar)	R\$:

Questão 17: Despesa do estudante no Campus

1) Alimentação	R\$:
2) Trabalhos/Xerox	R\$:
3) Transporte (inclusive para viajar pra casa)	R\$:
4) Materiais escolares	R\$:
5) Outros (especificar)	R\$:
6) Outros (especificar)	R\$:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS
GERAIS
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
RUA DA GLÓRIA, 187 – CENTRO – CAMPUS DIAMANTINA**

18. Se achar necessário, descreva brevemente porque está pleiteando este benefício:

ESTOU CIENTE DE QUE A CONSTATAÇÃO DE FRAUDE OU OMISSÃO NAS INFORMAÇÕES DECLARADAS ACARRETERÁ CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO E O VENCIMENTO IMEDIATO DE TODO DÉBITO, PODENDO SER RESPONSABILIZADO (A) PELAS FALSAS INFORMAÇÕES.

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do Responsável (no caso de aluno menor)
CPF:

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DE MATRÍCULA

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Questão: 1 - Você exerce alguma atividade remunerada?

- 1 - Não
- 2 - Sim, em tempo parcial (até vinte horas semanais)
- 3 - Sim, em tempo integral (mais de trinta horas semanais)
- 4 - Sim, mas se trata de trabalho eventual

Questão: 2 - Qual é sua renda mensal?

- 1 - Não tenho nenhuma renda mensal
- 2 - Menos do que 0,5 salário mínimo
- 3 - De 0,5 salário mínimo até 1 salário mínimo
- 4 - De 1 salário mínimo até 1,5 salário mínimo
- 5 - Mais de 1,5 salário mínimo

Questão: 3 - Qual é o número de membros da sua família?

- 1 - De uma a três pessoas
- 2 - De quatro a seis pessoas
- 3 - Mais de seis pessoas
- 4 - Não tenho família

Questão: 4 - Qual é a renda bruta mensal per capita de sua família?

- 1 - Minha família não tem renda mensal
- 2 - Menos do que 0,5 salário-mínimo
- 3 - De 0,5 salário mínimo até 1 salário mínimo
- 4 - De 1 salário mínimo até 1,5 salário mínimo
- 5 - Mais de 1,5 salário mínimo

Questão: 5 - Qual das seguintes alternativas melhor expressa a atual situação de seu pai no trabalho?

- 1 - Trabalha regularmente
- 2 - Está desempregado
- 3 - Vive de renda
- 4 - É falecido e não deixou pensão
- 5 - Outra situação

Questão: 6 - Qual das seguintes alternativas melhor expressa a atual situação de sua mãe no trabalho?

- 1 - Trabalha regularmente
- 2 - Está desempregada
- 3 - Vive de renda
- 4 - É falecida e não deixou pensão
- 5 - Outra situação

Questão: 7 - Como você realizou seus estudos de Ensino Fundamental ou equivalente?

- 1 - Escola pública municipal
- 2 - Escola pública estadual
- 3 - Escola pública federal
- 4 - Escola particular
- 5 - Parte em escola pública e parte em escola particular
- 6 - Supletivo ou Telecurso
- 7 - Outra situação

Questão: 8 - Como você realizou seus estudos de Ensino Médio ou equivalente?

- 1 - Escola pública municipal
- 2 - Escola pública estadual
- 3 - Escola pública federal
- 4 - Escola particular
- 5 - Parte em escola pública e parte em escola particular
- 6 - Supletivo ou Telecurso
- 7 - Outra situação

Questão: 9 - Há quanto tempo você concluiu o Ensino Médio?

- 1 - Menos de um ano
- 2 - Entre um e dois anos (incompletos)
- 3 - Entre dois e três anos (incompletos)
- 4 - Há mais de três anos
- 5 - Apenas conclui o ensino fundamental
- 6 - Ainda estou cursando o Ensino Médio

Questão 10 - Você se considera:

- 1 - Branco(a)
- 2 - Negro(a)

- 3 - Indígena
- 4 - Pardo(a), Mulato(a)
- 5 - Amarelo(a) de origem asiática

Questão 11 - Você tem hábito de ler jornais ou revistas?

- 1 - Diariamente
- 2 - Semanalmente
- 3 - Ocasionalmente
- 4 - Não

Questão 12 - Excetuando os livros escolares, quantos livros você lê por ano?

- 1 - Nenhum
- 2 - 01 a 02 livros
- 3 - 03 a 05 livros
- 4 - Mais de 05 livros

Questão 13 - Com qual das atividades citadas abaixo você ocupa mais tempo?

- 1 - Televisão
- 2 - Teatro
- 3 - Cinema
- 4 - Música
- 5 - Dança
- 6 - Artesanato
- 7 - Leitura
- 8 - Internet
- 9 - Nenhuma dessas atividades

Questão: 14 - Qual é o meio que você mais utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais?

- 1 - Jornal escrito
- 2 - Jornal falado (TV)
- 3 - Jornal falado (Rádio)
- 4 - Revistas
- 5 - Através de pessoas
- 6 - Internet
- 7 - Nenhum desses

Questão: 15 - Indique a sua Faixa Etária:

- 1 - Até 14 anos
- 2 - De 15 a 17 anos
- 3 - De 18 a 19 anos
- 4 - De 20 a 24 anos
- 5 - De 25 a 29 anos
- 6 - De 30 a 39 anos
- 7 - De 40 a 49 anos
- 8 - 50 anos ou mais

Questão: 16 - Qual a sua procedência?

- 1 - Zona Rural
- 2 - Zona Urbana

Questão: 17 - Se você repetiu alguma série do Ensino Fundamental, informe o número de vezes:

- 1 - 01 vez
- 2 - 02 vezes
- 3 - 03 vezes
- 4 - Mais de 03 vezes
- 5 - Nenhuma vez

Questão: 18 - Se você repetiu alguma série do Ensino Médio, informe o número de vezes:

- 1 - 01 vez
- 2 - 02 vezes
- 3 - 03 vezes
- 4 - Mais de 03 vezes
- 5 - Apenas conclui o ensino fundamental
- 6 - Nenhuma vez

Questão: 19 - O Grau de Escolaridade do seu pai é:

- 1 - Analfabeto
- 2 - Ensino Fundamental incompleto
- 3 - Ensino Fundamental completo
- 4 - Ensino Médio incompleto
- 5 - Ensino Médio completo

- 6 - Superior incompleto
- 7 - Superior completo
- 8 - Pós-Graduado

Questão: 20 - O Grau de escolaridade de sua mãe é:

- 1 - Analfabeta
- 2 - Ensino Fundamental incompleto
- 3 - Ensino Fundamental completo
- 4 - Ensino Médio incompleto
- 5 - Ensino Médio completo
- 6 - Superior incompleto
- 7 - Superior completo
- 8 - Pós-Graduada

Questão: 21 - Você apresenta algum tipo de deficiência?

- 1 - Visual
- 2 - Auditiva
- 3 - Motora/Física
- 4 - Intelectual
- 5 - Não apresento nenhum tipo de deficiência

Questão: 22 - Você tem outra necessidade especial?

- 1 - Transtorno Global do Desenvolvimento
- 2 - Altas Habilidades/Superdotação
- 3 - Outra
- 4 - Não tenho nenhuma necessidade especial

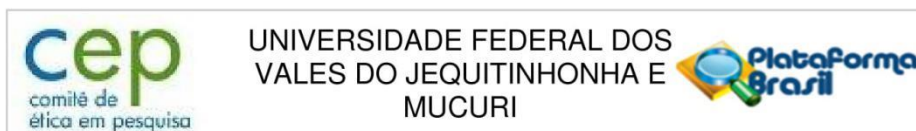
Questão: 23 - É a 1ª vez que participa do Processo Seletivo/Vestibular do IFNMG?

- 1 - Sim
- 2 - Não

Questão: 24 - Por qual meio ficou sabendo do Processo Seletivo do IFNMG?

- 1 - Panfleto do IFNMG
- 2 - Cartaz
- 3 - Internet
- 4 - Portal do IFNMG (www.ifnmg.edu.br)
- 5 - Facebook
- 6 - Jornal
- 7 - Rádio
- 8 - Televisão
- 9 - Divulgação na Escola onde estuda
- 10 - Visita a campus do IFNMG
- 11 - Por familiar ou conhecido
- 12 - Outros.

APÊNDICE C - PARECER DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERFIL DOS DISCENTES DO IFNMG - CAMPUS DIAMANTINA ATENDIDOS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO AOS ESTUDANTES

Pesquisador: Shirley Gomes Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 21385619.0.0000.5108

Instituição Proponente: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.683.238

Apresentação do Projeto:

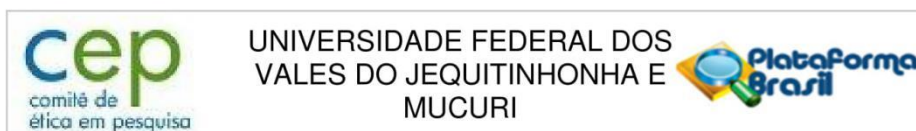
A assistência estudantil no IFNMG Campus Diamantina, visa a concretização das Políticas Públicas referente à permanência e conclusão de curso de discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A pesquisa ora proposta busca analisar o perfil dos discentes do IFNMG Campus Diamantina atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes. A partir do momento que conhece esse perfil, pode-se criar ações para o fortalecimento dessa política contribuindo na permanência do discente de acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. A pesquisa realizada trata-se de uma abordagem quantiquantitativa sendo por meio de análise documental, de caráter exploratória, apresentando como sujeitos envolvidos dados dos questionários socioeconômicos da matrícula de todos os alunos ingressos no IFNMG Campus Diamantina do período de 2015 a 2018, bem como os dados dos questionários socioeconômicos dos editais Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes do período de 2016 a 2018 dos discentes dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes e integrados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o perfil dos discentes beneficiados pela assistência estudantil do IFNMG Campus Diamantina.

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
Bairro: Alto da Jacuba **CEP:** 39.100-000
UF: MG **Município:** DIAMANTINA
Telefone: (38)3532-1240 **Fax:** (38)3532-1200 **E-mail:** cep.secretaria@ufvjm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.683.238

Objetivo Secundário:

- I. Contextualizar o processo histórico da Assistência Estudantil no Brasil;
- II. Descrever o público-alvo do PNAES;
- III. Refletir a efetividade da execução da política do PNAES na permanência dos discentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos relacionados a pesquisa poderá ser no manuseio dos documentos(questionários de matrículas e socioeconômicos), exemplo:rasura e perda. Apesar da pesquisa não ter contato direto com os alunos, visto que será coletados dados dos questionários que constam arquivados no IFNMG Campus Diamantina há a possibilidade, mesmo que pequena, do vazamento de dados pessoais dos alunos.EU, PESQUISADORA, COMO SERVIDORA DESSA INSTITUIÇÃO ASSEGURO SIGILO ABSOLUTO DAS INFORMAÇÕES QUANTO A IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS PESQUISADOS. POR SER SERVIDORA JÁ FAZ PARTE DE MINHAS ATRIBUIÇÕES O ACESSO A ESSAS INFORMAÇÃO, BEM COMO O SIGILO DAS INFORMAÇÕES EM CONSONÂNCIA COM O ARTIGO 16 DO CÓDIGO DE ETICA DO ASSISTENTE SOCIAL, LEI Nº8.662/93. Ressalta que o projeto cumpre as premissas éticas da Resolução 466/12 garantindo o anonimato dos alunos.Os dados coletados serão apresentados quantitativamente.

Benefícios:

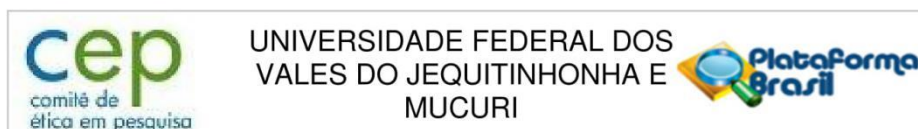
OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA SERÃO INDIRETOS AOS PARTICIPANTES, VISTO QUE O projeto proposto ao ser concluído tem como finalidade contribuir na legitimação do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, e na consolidação dessa política aprimorando o atendimento, para além de ajuda financeira com ações que venham a contribuir para a permanência e êxito dos alunos. Não é possível executar a política estudantil com eficiência, como a mesma é proposta sem conhecer seu publico-alvo. Assim como, ampliar as discussões e estudos a respeito desse debate que vem corroborar, ainda são escassos,na busca do fortalecimento da política de assistência estudantil, realmente comprometida com os reais interesses e necessidades dos alunos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta:

Os dados dos questionários de matrículas e socioeconômicos serão coletados, tabulados e analisados quantiquantitativamente de todos alunos que ingressam e foram contemplados com os auxílios socioeconômicos do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes no

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000		
Bairro: Alto da Jacuba	CEP: 39.100-000	
UF: MG	Município: DIAMANTINA	
Telefone: (38)3532-1240	Fax: (38)3532-1200	E-mail: cep.secretaria@ufvjm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.683.238

período de 2015 a 2018, os mesmos constam arquivados no Campus Diamantina dos cursos Técnicos Concomitante/Subsequentes em: Informática: 2015/02, 2016/02 e 2017/01; Meio Ambiente: 2016/01 e 2017/01; Teatro: 2016/02, 2017/02 e 2018/01, e Biotecnologia: 2018/01; dos cursos Integrados em: Informática 2018/01 e Meio Ambiente 2018/01. A escolha destes cursos/turmas se pautou no início da oferta e duração/conclusão dos mesmos, que está correlacionado com o período de duração do Mestrado em Educação. Este estudo baseia-se em uma estratégia quantitativa de pesquisa documental, de caráter exploratório. Esta pesquisa terá uma abordagem quantitativa, o que não exclui a reflexão sobre os dados levantados. Como aponta Gatti (2012, p.3) Epistemologicamente, quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma mensuração dessa grandeza sob certos critérios), e ela precisa ser interpretada qualitativamente pois, em si, seu significado é restrito.

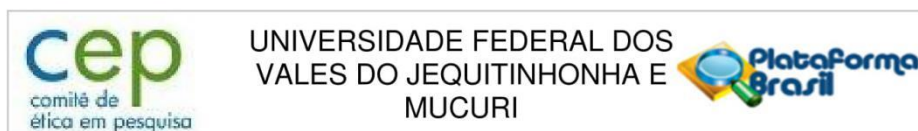
Na construção do universo de estudo, será realizado o levantamento dos dados dos questionários das matrículas e os dos processos seletivos do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes do período de 2015 a 2018, após a tabulação dos mesmos. Consequentemente, serão analisados e correlacionados buscando dimensionar a vulnerabilidade dos discentes sem identificar a identidade dos mesmos. Ao final, apresentar o perfil dos alunos do IFNMG Campus Diamantina atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes.

Metodologia de Análise de Dados:

Os dados dos questionários de matrículas e socioeconômicos serão coletados, tabulados e analisados quantiquantitativamente de todos alunos que ingressam e foram contemplados com os auxílios socioeconômicos do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes no período de 2015 a 2018, os mesmos constam arquivados no Campus Diamantina dos cursos Técnicos Concomitante/Subsequentes em: Informática:

2015/02, 2016/02 e 2017/01; Meio Ambiente: 2016/01 e 2017/01; Teatro: 2016/02, 2017/02 e 2018/01, e Biotecnologia: 2018/01; dos cursos Integrados em: Informática 2018/01 e Meio Ambiente 2018/01. A escolha destes cursos/turmas se pautou no início da oferta e duração/conclusão dos mesmos, que está correlacionado com o período de duração do Mestrado em Educação. Este estudo baseia-se em uma estratégia quantitativa de pesquisa documental, de caráter exploratório. Esta pesquisa terá uma abordagem quantitativa, o que não exclui a reflexão sobre os dados levantados. Como aponta Gatti (2012, p.3) Epistemologicamente, quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
Bairro: Alto da Jacuba **CEP:** 39.100-000
UF: MG **Município:** DIAMANTINA
Telefone: (38)3532-1240 **Fax:** (38)3532-1200 **E-mail:** cep.secretaria@ufvjm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.683.238

manifesta (portanto é uma mensuração dessa grandeza sob certos critérios), e ela precisa ser interpretada qualitativamente pois, em si, seu significado é restrito. Na construção do universo de estudo, será realizado o levantamento dos dados dos questionários das matrículas e os dos processos seletivos do Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes do período de 2015 a 2018, após a tabulação dos mesmos. Consequentemente, serão analisados e correlacionados qualitativamente, buscando dimensionar a vulnerabilidade dos discentes sem identificar a identidade dos mesmos. Ao final, apresentar o perfil dos alunos do IFNMG Campus Diamantina atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil e Apoio aos Estudantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi enviado ao CEP:

- 1) Folha de Rosto
- 2) Informações básicas do projeto
- 3) Projeto Detalhado
- 3) Carta de concordância do IFNMG: A carta da Instituição Co-partícipe foi apresentada conforme Resolução 466/12.

Recomendações:

- O Relatório final deverá ser apresentado ao CEP ao término do estudo em 30/12/2020. Considera-se como antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou.

- Caso haja quaisquer intercorrências durante a execução do projeto de pesquisa é de responsabilidade do pesquisador responsável comunicá-la através de uma emenda ao CEP via Plataforma Brasil. Considera-se como antiética a pesquisa com modificações em seu protocolo inicial previamente aprovado sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep.secretaria@ufvjm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI



Continuação do Parecer: 3.683.238

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1278583.pdf	25/10/2019 09:52:22		Aceito
Parecer Anterior	PARECER_ANTERIORPB_PARECER_ CONSUBSTANCIADO CEP 3618165.p	25/10/2019 09:51:42	Shirley Gomes Oliveira	Aceito
Outros	CARTA_CO_PARTICIPE_IFNMG_CAM PUS DIAMANTINA.PDF	25/10/2019 09:41:11	Shirley Gomes Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_para_pesquisa.pdf	18/09/2019 17:43:26	Shirley Gomes Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Shirley_Gomes_Oliveira.pdf	18/09/2019 17:40:57	Shirley Gomes Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DIAMANTINA, 05 de Novembro de 2019

Assinado por:
Simone Gomes Dias de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
Bairro: Alto da Jacuba **CEP:** 39.100-000
UF: MG **Município:** DIAMANTINA
Telefone: (38)3532-1240 **Fax:** (38)3532-1200 **E-mail:** cep.secretaria@ufvjm.edu.br